

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 120/2024
Data: 30/10/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
REVISÃO DA LEI DOS PORTOS PROMETE TRANSFORMAR O SETOR NO BRASIL	4
ATUALIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA 7 PROMETE MODERNIZAR NORMAS PORTUÁRIAS NO BRASIL.....	5
DESCENTRALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR ESTÃO NO ALVO DA LEI DOS PORTOS, DIZ MINISTRO DO TST	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
CASA DOS VENTOS FAZ PARCERIA COM A ATLAS QUE VAI PRODUZIR FERTILIZANTE	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
INVESTIMENTOS - SILVIO COSTA FILHO ENTREGA OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GOIÂNIA. 9	
GOVERNO FEDERAL DEFINE NOVAS REGRAS PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS NA AVIAÇÃO	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	11
EDITORIAL – A SOLUÇÃO INTERMODAL.....	11
NACIONAL - HUB – CURTAS - PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS ANUNCIA SEU CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA CASA	12
<i>Eleição parlamentar 1</i>	12
<i>Eleição parlamentar 2</i>	12
<i>Voos domésticos 1</i>	12
<i>Voos domésticos 2</i>	12
<i>Pet</i>	13
REGIÃO CENTRO-OESTE - GOVERNO ENTREGA OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE GOIÂNIA	13
NACIONAL - SECRETÁRIO DIZ QUE GLO SERÁ DECRETADA PARA SEGURANÇA DO G20 NO RIO	14
NACIONAL - DANONE DESMENTE INFORMAÇÃO DE QUE DEIXARÁ DE COMPRAR SOJA BRASILEIRA	15
REGIÃO SUDESTE - SP AUTORIZA ESTUDOS PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO ACESSO AO PORTO DE SANTOS.....	16
REGIÃO SUDESTE - VLI REALIZA MAIOR EMBARQUE ÚNICO DE AÇÚCAR DA HISTÓRIA NO TIPLAM	17
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI E FAPEMA LANÇAM EDITAL DE R\$ 3,5 MI PARA INOVAÇÃO.....	18
REGIÃO NORDESTE - MARANHÃO QUER IMPLANTAR A PRIMEIRA ZPE DIGITAL DO PAÍS.....	19
REGIÃO SUL - PORTOS RS ATUALIZA CALADO DO CANAL DE RIO GRANDE PARA 14,2 METROS	20
REGIÃO SUL - PORTO ITAPOÁ VAI INVESTIR R\$ 500 MILHÕES EM NOVA FASE DE EXPANSÃO	21
BRASIL EXPORT - PORTO DE PALERMO É DESTAQUE NA MISSÃO INTERNACIONAL DO BRASIL EXPORT	22
INTERNACIONAL - CONGRESSO DA APLOP EM LEIXÕES PROMOVE TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE PAÍSES LUSÓFONOS	23
BAHIA ECONÔMICA - BA	24
REFINARIA DE MATARIPE TORNOU-SE LÍDER DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE VÁRIOS PRODUTOS NA AMÉRICA LATINA E SEGUE INVESTINDO NO PORTO	24
BAHIA RECEBE NOVO INVESTIMENTO INDUSTRIAL COM USINA DE BIOETANOL. VEJA ONDE	25
MINISTÉRIO VAI FAZER CHAMAMENTO PÚBLICO PARA TRECHOS FERROVIÁRIOS QUE SERÃO DEVOLVIDOS PELA FCA. VEJA OS DA BAHIA.....	25
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	26
1º COTTON DAY SANTOS SERÁ NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS	26
PORTO DE SANTOS CONCEDE DESCONTOS NAS TARIFAS DE NAVIOS SEGUROS E DE CRUZEIROS.....	27
RECICLAGEM AMBIENTAL ADEQUADA DE NAVIOS É META PARA 2025	28
TAXAS DE NAVEGAÇÃO APROVADAS E LIBERADAS ATÉ 2031 PARA NORTE E NORDESTE.....	29
JORNAL O GLOBO – RJ	29
HADDAD DIZ QUE GOVERNO ENVIARÁ PEC AO CONGRESSO PARA REFORÇAR ARCABOUÇO FISCAL: 'DESPESAS OBRIGATÓRIAS TÊM QUE CABER'	29
MINISTRO DO TRABALHO NEGA MUDANÇA EM ABONO E SEGURO-DESEMPREGO: 'A NÃO SER QUE O GOVERNO ME DEMITA' ...	31
POR R\$ 1 MILHÃO DE DIFERENÇA, CCR VENCE ECORODOVIAS NO LEILÃO DA ROTA SOROCABANA EM SÃO PAULO.....	32
CÂMARA CONCLUI SEGUNDO PROJETO QUE REGULAMENTA REFORMA TRIBUTÁRIA, APÓS ACORDO RETIRAR ITCMD SOBRE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	34
BNDES VAI FINANCIAR PROJETOS DE SANEAMENTO E MOBILIDADE COM ATÉ R\$ 12 BI DO FGTS.....	35
TCU APROVA ACORDO PARA NOVO LEILÃO DO TRECHO DA BR-101 ENTRE A PONTE RIO-NITERÓI E O ESPÍRITO SANTO.....	36
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	37
RUI COSTA: LULA VAI FAZER OS AJUSTES NECESSÁRIOS PARA ENQUADRAR DESPESAS NA REGRA FISCAL	37
COMO A CHINA DOMINOU UM SETOR SEM LEI E GANHOU INFLUÊNCIA GLOBAL.....	38
NOVA REGULÇÃO DO GÁS PÕE MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA EM CHOQUE COM FAZENDA E CASA CIVIL	40



VALOR ECONÔMICO (SP).....	42
AÉREAS ASSINAM CÓDIGO DE CONDUITA SOBRE TRANSPORTE DE PETS; VEJA PRINCIPAIS PONTOS	42
CHINA DIZ NÃO ACEITAR NOVA TAXAÇÃO SOBRE CARROS ELÉTRICOS E PEDE MAIOR DIÁLOGO COM A UE.....	43
GOVERNO SE UNE AO PORTO DIGITAL PARA CRIAR LABORATÓRIO DE IA VOLTADO PARA GESTÃO PÚBLICA	45
BIDEN ANUNCIA US\$ 3 BILHÕES PARA PORTOS DOS EUA	45
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	47
BLUE MARINE RENOVA CONTRATO PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMA SUBMARINO DA CLARO.....	47
PORTOS DO ARCO NORTE EXPORTARAM 40% DA SOJA E DO MILHO DO BRASIL EM 8 MESES.....	47
AGENTES DISCUTEM LIBERAÇÃO SANITÁRIA DE EMBARCAÇÕES E LIMITAÇÕES NA FISCALIZAÇÃO PORTUÁRIA NO RIO	48
FPSO MARECHAL DUQUE DE CAXIAS INICIA PRODUÇÃO NO PRÉ-SAL	49
CNT ALERTA PARA REDUÇÃO NO ORÇAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE EM 2025	49
BRASIL ASSUME LIDERANÇA NA EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO, COM DESTAQUE PARA EMBARQUES NO PR	50
MARLINK IMPLEMENTARÁ SOLUÇÃO HÍBRIDA EM 26 PETROLEIROS DA TRANSPETRO	50
PROCESSOS SOBRE ANÁLISE DE CONFORMIDADE DE EBNs NA CABOTAGEM SÃO RETIRADOS DA PAUTA	51
TRANSPETRO FARÁ PRÉ-QUALIFICAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DA FROTA.....	51
EMBARQUE DE CAFÉ EM 'BAGS' AUMENTA EM 60% PRODUTIVIDADE NO PORTO DE VITÓRIA	52
PETROLEIRO ABREU E LIMA FOI DESENCALHADO COM SUCESSO NA BAÍA DE GUANABARA	53
ARTIGO - ILEGALIDADE DA TARIFA PORTUÁRIA THC2 (OU SSE).....	53
SECAS NA AMAZÔNIA PODEM DURAR DÉCADAS, ALERTAM ESPECIALISTAS	54
BAE SYSTEMS INICIA PROJETO PARA SUSTENTABILIDADE EM NAVIOS DE DEFESA	55
PORTO DO ITAQUI E FAPEMA LANÇAM EDITAL PARA PESQUISA E INOVAÇÃO	56
PORTO DE SANTOS ESTABELE DESCONTOS PARA NAVIOS E CRUZEIROS	56
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	57
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	57



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

REVISÃO DA LEI DOS PORTOS PROMETE TRANSFORMAR O SETOR NO BRASIL

Ministro do TST, Douglas Alencar, destaca impactos positivos e avanços regulatórios com novo marco legal, visando impulsionar concessões, arrendamentos e qualificação de mão de obra

Por Maurício Martins



Ministro do TST e presidente da Ceportos, Douglas Alencar falou sobre relatório aprovado no último dia 23 e destacou virtudes do marco legal (Samuel Andrade/Especial para A Tribuna)

Uma revolução na área portuária no Brasil. É o resultado que o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Douglas Alencar espera após a aprovação da revisão da Lei dos Portos (12.815/2013) pelo Congresso Nacional. Alencar, que preside a Comissão de Juristas para Revisão Legal e Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), palestrou sobre o tema, nesta terça-feira (29), no 2º Encontro Porto & Mar, promovido pelo Grupo Tribuna em Brasília.

“Precisamos ousar e acreditar, esse novo marco legal trará muitas virtudes. Temos a nítida expectativa de que, se o Congresso aprovar esse novo modelo, haverá uma revolução virtuosa em todos os capítulos da exploração do setor portuário no Brasil”, afirma o ministro.

Ele se refere aos contratos de concessão e arrendamento, aos processos de acompanhamento, às autorizações de portos privados e à questão da mão de obra. “Que tenhamos capacidade de superar gargalos e travas regulatórias que não estão prestando um bom serviço ao Brasil”.

A Ceportos aprovou o relatório final no último dia 23. Trata-se de um anteprojeto que deve ser entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) ainda esta semana.

“É uma pauta de Estado, não é uma pauta de governo. O caráter estratégico do setor portuário é absolutamente indiscutível. Sem desenvolvimento econômico não há desenvolvimento social. Acreditamos que o Congresso Nacional irá reconhecer a importância e fazer com que a tramitação aconteça no menor espaço de tempo”.

Trabalhadores

Alencar admite que a pauta trabalhista da revisão da lei é a mais sensível, mas garante que o intuito não é precarizar o trabalho, mas abrir o mercado para que mais pessoas possam se qualificar e concorrer às vagas junto a terminais em portos públicos e privados. Os trabalhadores avulsos reclamam da previsão do fim da exclusividade.

“A realidade tem demonstrado que em muitos casos não se consegue vincular trabalhadores pela falta de interesse. Pretendemos romper com essa exclusividade, mas não queremos extinguir os avulsos. Isso não acontecerá, porque há processos, operações, perfis de cargas que, pela sua sazonalidade, vão demandar sempre o os avulsos”.

Para o ministro, a inovação é importante para a integração, ampliação e abertura do mercado de trabalho.

Críticas ao texto aprovado

O presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), José Adilson Pereira, participou do painel que discutiu a revisão da Lei dos Portos. Para ele, os trabalhadores serão prejudicados e a proposta não está consolidada.

“Precariza totalmente a mão de obra. O trabalho portuário fica (com a revisão) sendo navio e uma faixa de cais. Que liberdade econômica é essa que acaba com o Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo)? Acabam as negociações coletivas, colocam a vida do trabalhador na mão da empresa”.

O diretor executivo da JBS Terminais, Aristides Russi Júnior, afirma que há problemas com a questão do trabalho, que deve ser atualizado, sem precarizar. “Precisamos enfrentar assimetrias de mercados. A mão de obra é preparada para a produtividade, mas alguns locais têm mão de obra 54% maior”.

O advogado Marcelo Sammarco, especialista em Direito Marítimo, Portuário e Regulatório, falou sobre a descentralização do setor. “A Ceportos incorporou os anseios do setor portuário e de infraestrutura brasileira com esse tema da descentralização. Tivemos a Lei Federal 8.630 (de 1993), extremamente moderna para aquela época”, diz ele, ressaltando que é preciso atualizar a legislação.

Por sua vez, a diretora-executiva do Instituto Praticagem do Brasil e membro da Ceportos, Jacqueline Wendpap, afirma que o processo de construção do anteprojeto prevê uma autorregulação do setor. “Essa câmara de autorregulação (prevista na lei), também com a possibilidade de fazer mediação e arbitragem, será facultativa. Na medida em que se processar uma autorregulação, muitas vezes vai se dispensar uma regulação externa”.

A advogada Juliana Oliveira Domingues, professora doutora de Direito e Regulação Econômica da USP e integrante da Ceportos, destaca a importância da segurança jurídica com a proposta. “Nós estamos vivendo um ambiente de diálogo, com métodos alternativos de solução de litígios. Muitas vezes podemos evitar que temas fiquem por anos no Judiciário e nossa imagem melhore no ambiente internacional”.

Já o gerente executivo de Política Industrial da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), Carlos Mariotti, acredita que a pauta é interessante para o setor. “Hoje somos o segundo maior (país) produtor e o primeiro exportador de celulose. Somos referência global. E temos que falar para o mundo o que nós fazemos. Somos supereficientes, mas também estamos inseridos na cadeia logística”.

Por fim, o gerente de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Carlos Müller, comenta que há gargalos nos portos que impedem que o setor seja mais competitivo. “Tudo tem a ver com logística e essa modernização da lei portuária é fundamental para o nosso setor, que é detentor de mercadorias”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 30/10/2024

ATUALIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA 7 PROMETE MODERNIZAR NORMAS PORTUÁRIAS NO BRASIL

Diretor da Antaq, Wilson Lima Filho, destaca revisões no documento para aprimorar exploração de áreas portuárias e reduzir burocracia

Por Maurício Martins, de Brasília



Wilson Lima Filho defendeu a “simplificação e dinamização dos instrumentos de exploração e atividade” (Samuel Andrade/Especial para A Tribuna)

A importância da regulação e de atualizações que estão sendo feitas nas normas portuárias, em especial na Resolução Normativa 7, de 30 de maio de 2016, foram assuntos tratados pelo diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Wilson Lima Filho, durante o 2º Encontro Porto & Mar, promovido pelo Grupo Tribuna, nesta terça-feira (29), em

Brasília.

Ele ministrou a palestra “Os instrumentos de exploração da atividade portuária”. A Resolução Normativa 7 regula a exploração de áreas e instalações portuárias sob gestão da administração do Porto no âmbito dos complexos organizados do setor.



O diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini, ressaltou, em discurso de abertura do evento, a importância da Lei dos Portos (12.815/2013) para estimular investimentos (Reprodução/TV Tribuna)

“Ela (a Resolução Normativa) está, atualmente, em processo de revisão. Recebemos 241 contribuições e, dentre os pontos que vamos apreciar, estamos vendo a viabilidade de novas formas de ocupação, exploração, além de visitar e estudar o procedimento simplificado na celebração do contrato de uso temporário, e a melhor distinção entre o arrendamento portuário e a concessão portuária”, detalha o diretor.

A intenção é que todos os pontos sejam submetidos à avaliação do colegiado da Antaq, depois de análise da equipe. No próximo mês, será submetida à diretoria colegiada da autarquia.

“Todas as alterações que, por acaso, venham a ser implementadas terão como foco a melhor prestação de serviço e a redução da desburocratização”, afirma Lima Filho. “Estamos focados nisso e é muito importante que tenhamos o sistema regulatório muito forte”, emenda.

Lima Filha explica que a Antaq regula 148 terminais arrendados, cinco contratos temporários, 73 de passagem, 39 de transição, 223 terminais de uso privado e 44 estações de transbordo de carga, além de outras instalações.

“Há efetivamente uma necessidade de simplificação e dinamização dos instrumentos de exploração e atividade. Dado o dinamismo do negócio, a agência está sempre atenta para responder com severidade as necessidades”.



Maxwell Rodrigues mediou o evento promovido pelo Grupo Tribuna (Reprodução/TV Tribuna)

Governo debate custos

O secretário nacional de Portos, Alex Ávila, disse que o Governo Federal debate custos com a iniciativa privada quando pensa em um novo empreendimento nos portos. A declaração foi dada em Brasília, nesta terça-feira (29), durante participação no 2º Encontro Porto & Mar.

“A gente busca melhorar a infraestrutura, aumentar a capacidade, o nível de serviço. Nós olhamos isso para poder desenhar o modelo. A gente faz a comparação, chama as instituições privadas para poder entender pouco melhor a questão da logística, de quanto caro é o custo disso”, declarou Ávila no evento promovido pelo Grupo Tribuna. Ele lembrou, também, que o usuário final sempre paga a conta.

O diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mário Povia, acha que a inovação é peça-chave para o setor portuário, fazendo mais com o mesmo.

“Nossa infraestrutura não responde à demanda do mercado. O mercado cresce mais rápido do que a nossa provisão de infraestrutura. Temos que dar celeridade aos contratos, as autorizações. Precisamos ir atrás da produtividade”.

Por sua vez, a advogada Cristina Wadner, especialista em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, afirmou que a burocracia atrapalha o setor. “Mas não há como mudar atos formais. Agora, concordo

com a comissão quando ela diz que dá para flexibilizar, com instrumentos diferenciados, para ganhar tempo”.

O advogado Thiago Miller, especialista em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, diz que a regulação do setor foi extremamente bem-sucedida, com privatizações. “Temos sempre muito a avançar. No Brasil, infelizmente, a contratação, a forma de a administração pública se desenvolver, é extremamente lenta. Isso atrapalha o nosso desenvolvimento”.

O advogado Alexandre Lopes, presidente da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF) e consultor jurídico da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (AbepH), lembra números que “assustam”.

“Em uma análise do início da vigência da Lei dos Portos, em 2013, até 2021, se constata que as instalações portuárias localizadas fora do porto organizado cresceram 322%, enquanto aquelas dentro do porto organizado aumentaram 39%. Essa diferença demonstra que o setor pode crescer, mas precisamos aperfeiçoar os instrumentos das áreas do porto organizado”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 30/10/2024

DESCENTRALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR ESTÃO NO ALVO DA LEI DOS PORTOS, DIZ MINISTRO DO TST

Douglas Alencar ministrou palestra sobre o assunto em painel do 2º Encontro Porto & Mar, nesta terça, em Brasília
Por ATribuna.com.br



(O ministro do TST, Douglas Alencar, presidiu a Comissão de Juristas que aprovou o texto que revisa a Lei dos Portos (Samuel Andrade)

Descentralização é palavra de ordem dentro do texto que revisa a Lei dos Portos. O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar, falou sobre o assunto no 2º Encontro Porto & Mar, promovido pelo Grupo Tribuna na tarde desta terça-feira (29), em Brasília.

No segundo painel, ele ministrou a palestra "Ceportos - O anteprojeto de lei para revisão do arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta pela união de portos e instalações portuárias brasileiras". Douglas Alencar presidiu a Comissão de Juristas que aprovou o texto na quarta-feira (23). O anteprojeto segue para a Câmara dos Deputados.

"Foram muitas as escutas de todos os atores do setor portuário brasileiro. Nós extraímos questões centrais, que começam pela descentralização. Foi lembrado aqui sobre o processo de concessão do canal de Paranaguá. Se não estiver enganado, teve início em 2020. Ou seja, estamos aí com alguns anos discutindo o poder ideal, a realização desse processo de entrega e a exploração desse serviço à iniciativa privada. Então, a descentralização é fundamental e a demora que nós observamos resulta nesse concurso do modelo centralizado que a Lei de 2013 acabou implementando. A descentralização é a perspectiva de garantir mais eficiência e celeridade dos processos", argumenta.

O ministro do TST também destacou o capítulo que trata da mão de obra no setor portuário, considerado por ele, talvez, "o mais polêmico do projeto". Uma das inovações, revelou, é a criação das Empresas Prestadoras de Trabalho Portuário (EPTPs). A valorização do trabalhador e ampliação do próprio mercado também estão no alvo do texto aprovado na Ceportos.

"Nós entendemos que é preciso valorizar a mão de obra e qualificá-la. Por mais que se possa discutir o tema da exclusividade (aos avulsos) como uma garantia, como um direito fundamental, como uma conquista evolutiva, a experiência acabou revelando - e foi o que apuramos nas audiências públicas -

que a exclusividade merecida ser superada, mas não uma perspectiva de precarização da mão de obra, mas com foco na ampliação do mercado de trabalho, com a integração de mais trabalhadores qualificados que poderiam e poderão concorrer para o maior êxito da atividade econômica", explica.

Participaram como debatedores deste painel a professora doutora de Direito e Regulação Econômica da USP e membro da Ceportos, Juliana Oliveira Domingues, a diretora executiva do Instituto de Praticagem do Brasil e membro da Ceportos, Jacqueline Wendpap, o presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), José Adilson Pereira, e o gerente de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Carlos Müller.

Além deles, também estiveram presentes como debatedores deste segmento o diretor executivo da JBS Terminais, Aristides Russi Júnior, o gerente executivo de Política Industrial da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), Carlos Mariotti, o advogado especialista em Direito Marítimo, Portuário e Regulatório, Marcelo Sammarco, e o diretor técnico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Eduardo Heron.

*Com informações de Maurício Martins, enviado a Brasília

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 30/10/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

CASA DOS VENTOS FAZ PARCERIA COM A ATLAS QUE VAI PRODUZIR FERTILIZANTE

Por Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Os parques eólicos e solares da Casa dos Ventos vão fornecer energia para a fábrica de fertilizante nitrogenado. Foto: Divulgação

A empresa de energia renovável Casa dos Ventos fez uma parceria com a companhia de origem europeia Atlas Agro, que fabrica fertilizantes nitrogenados. Ambas assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) que estabelece o uso da energia gerada por projetos eólicos ou solares da geradora na unidade de fertilizantes verdes produzidos a partir do hidrogênio verde que será implantada pela Atlas em Uberaba, Minas

Gerais.

O fertilizante só será verde se for produzido a partir da energia renovável. Grande parte do fertilizante nitrogenado usado no mundo é feito a partir do petróleo, que é fóssil e contribui para o aquecimento global. Cerca de 95% do fertilizante nitrogenado usado pelo Brasil é importado. Em 2023, o País importou 41 milhões de toneladas de fertilizantes.

A unidade tem previsão de entrada em operação comercial em 2028 com capacidade para produzir cerca de 530 mil toneladas de fertilizantes por ano. A fábrica vai demandar cerca de 300 megawatts (MW) médios de energia renovável, que será fornecida pela Casa dos Ventos. A fábrica produzirá nitrato de amônia verde.

A produção mundial de fertilizantes nitrogenados é feita principalmente com gás natural, combustível de origem fóssil. O setor é responsável por 2% das emissões globais de carbono. O projeto visa não só oferecer um insumo mais sustentável, como também reduzir a dependência do Brasil das importações deste produto.

“A Casa dos Ventos tem trabalhado para que o Brasil assuma o protagonismo na transição energética por intermédio da descarbonização de setores-chaves, como é o agronegócio. Além de

trazer autonomia para o campo, a tese gera investimentos relevantes em energia renovável para o País”, destaca o diretor-executivo da Casa dos Ventos, Lucas Araripe.

Para o cofundador da Atlas Agro e presidente da Atlas Agro Brasil, Knut Karlsen, “a missão da Atlas Agro é descarbonizar a produção global de nitrogênio. Energia competitiva em custo e confiável é a base para produzir fertilizantes nitrogenados sustentáveis a preços acessíveis para os agricultores locais. Estamos entusiasmados em firmar a parceria com a Casa dos Ventos para trazer fertilizantes nitrogenados verdes e produzidos localmente para a agricultura brasileira”.



Executivos da Atlas Agro, Knut Karlsen e Maria Gabriela da Rocha, e da Casa dos Ventos, Lucas Araripe, assinaram um memorando de entendimento que estabelece a parceria entre as empresas. Foto: Henrique Hanemann

Casa dos Ventos, pioneira em energia renovável

Com quase duas décadas de atuação, a empresa de origem cearense Casa dos Ventos foi uma das primeiras a implantar grandes parques eólicos no Nordeste. A empresa atua também na comercialização de energia. Atualmente, tem 3,4 gigawatts (GW) de capacidade instalada em operação e construção e 4,5 GW em estágio avançado de desenvolvimento. A companhia fez uma joint venture com a companhia europeia TotalEnergies para acelerar o seu crescimento.

Já a Atlas Agro é uma empresa europeia focada na produção de fertilizantes nitrogenados sustentáveis a partir da produção e uso do hidrogênio verde em seu processo produtivo. A companhia tem sua sede global na Suíça e escritórios na Espanha, Estados Unidos e Brasil.

*Com informações da Casa dos Ventos

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 30/10/2024

Terminal recebeu investimentos de R\$ 65 milhões, que vai garantir o aumento de voos e visitantes para a região



Obra faz parte da carteira do Novo PAC e foi executado pela CCR Aeroportos - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

Nesta terça-feira (29), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou da cerimônia de entrega da primeira fase das obras de modernização do Aeroporto Internacional de Goiânia. O Terminal recebeu R\$ 65 milhões em investimentos pelo Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e foi executado pela CCR Aeroportos, concessionária responsável pela administração do local.

As melhorias estruturais abrangem ampliação do terminal de passageiros, das áreas de circulação, esteira de bagagem no desembarque internacional, novo sistema de BHS (Baggage Handling System) e EDS (Explosives Detection System) e um sistema de monitoramento de veículos, além de 18 posições para aeronaves do tipo "C" e a implantação de um novo pátio remoto para aeronaves tipo "D".



No evento também houve o lançamento do terminal de cargas do aeroporto, o primeiro 100% refrigerado do país. A nova estrutura será exclusiva para carga farmacêutica, química e hospitalar e vai permitir que o armazenamento desses insumos seja feito com segurança e eficiência. O terminal refrigerado tem uma área construída de 2.133,31 m², com capacidade de armazenamento (câmaras frias) de 1.531,8m e deverá reduzir custos e tempo de transporte, atendendo toda a região Centro-Oeste.

Durante a cerimônia, Silvio Costa Filho comemorou a boa fase econômica pela qual o Brasil está passando, que coloca o país definitivamente na rota dos investidores internacionais. "Esses investidores querem fazer mais investimentos na infraestrutura, em portos, aeroportos e rodovias do país. E à medida que a economia melhora e cresce, os estados se fortalecem e nós temos crescimento na aviação do Brasil também", afirmou.

O ministro destacou ainda os recordes no setor aeroportuário brasileiro: "nós vamos ter um crescimento de mais 10%, com mais de 120 milhões de passageiros no país. Esperamos, até dezembro de 2026, terminar esses quatro anos de governo com mais de 140 milhões de passageiros." E parabenizou a concessionária CCR pelo trabalho desempenhado nas obras do aeroporto.

"O Aeroporto Internacional de Goiânia recebe mais de 300 mil passageiros por mês. Devemos chegar a quase 3,7 milhões neste ano e, nos próximos dois anos, a 4 milhões de passageiros. Com o aeroporto pronto, reformado e qualificado, e a melhoria do transporte de cargas, a perspectiva é de ampliação de voos internacionais, voos diários e a de que a aviação cresça não apenas trazendo turismo de negócios, mas que traga cada vez mais brasileiros para conhecer o estado de Goiás, com suas belezas naturais e históricas", ressaltou Costa Filho.

Já o vice-governador do estado de Goiás, Daniel Vilela, afirmou que o Ministério de Portos e Aeroportos tem sido um grande parceiro do estado e tem ajudado a retomar obras importantes para a região. "O aeroporto da capital, de uma região importante, ficou 12 anos com a obra parada e com um modelo ultrapassado. Hoje, com a ajuda do Ministério, Goiânia tem um aeroporto à altura do nosso estado." Vilela também parabenizou o ministro pelo diálogo com o Tribunal de Contas da União (TCU), que viabilizou a construção de um modelo para permitir que concessionárias possam absorver os aeroportos municipais "e potencializar o crescimento e desenvolvimento do interior do estado", garantiu.

O Aeroporto Internacional de Goiânia teve sua concessão liberada em outubro de 2021. A duração do contrato é de 30 anos. De acordo com estudos feitos pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com as obras de infraestrutura do aeroporto, poderão ser gerados mais de 7.500 empregos na região e mais de 6.000 em todo o Brasil, com estimativa de aumentar o PIB da região em R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 118 milhões em salários.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 30/10/2024

GOVERNO FEDERAL DEFINE NOVAS REGRAS PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS NA AVIAÇÃO

Para elevar a segurança e bem-estar de pets, ministro Silvio Costa Filho apresenta medidas voltada aos pets e seus tutores

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, apresenta nesta quarta-feira (30) as regras para aprimorar o transporte de animais no setor aéreo. As medidas fazem parte do plano elaborado pelo Governo Federal com objetivo de padronizar as diretrizes de transporte de pets na aviação comercial brasileira. O plano possui padrão internacional e está alinhado às melhores práticas aplicadas em todo mundo. O evento, que institui uma elevação na prestação do serviço aos animais, será realizado às 15h, no auditório do Ministério de Portos e Aeroportos, em Brasília.



O Plano de Melhoria do Transporte Aéreo de Animais (PATA) foi elaborado por especialistas do setor em conjunto com entidades de proteção animal, companhias aéreas e toda a sociedade civil. O normativo observa toda a segurança e bem-estar dos pets, além de prever a implementação de serviços essenciais para a segurança dos viajantes, como a criação de uma medida de rastreabilidade, a disponibilização de profissional veterinário para suporte, criação de canal de comunicação direta com o tutor para tratar sobre as regras de transportes e atualização sobre a situação do voo em que o animal será transportado, entre outras.

Participação social

Nos últimos três meses, o Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) lançaram uma comissão multidisciplinar para avaliar as demandas da sociedade e propor melhorias ao transporte aéreo de animais. Durante o período, mais de 3 mil sugestões apresentadas pela sociedade foram analisadas pelos órgãos e incorporadas ao PATA.

Credenciamento

Ao final do evento, o ministro atenderá os jornalistas presentes. Profissionais de comunicação interessados em cobrir a cerimônia devem realizar credenciamento por meio do e-mail do Ministério de Portos e Aeroportos: ascom@mpor.gov.br. No e-mail, é necessário informar nome e a empresa para qual trabalha. Para mais informações ou esclarecimento de dúvidas, entre em contato pelo telefone (61) 9 8157-9169.

Serviço:

O que: Assinatura da portaria que institui regras para transporte de animais

Quando: Quarta-feira, 30 de outubro

Horário: 15h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco R – Brasília-DF

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 30/10/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A SOLUÇÃO INTERMODAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A modernização do Aeroporto Internacional de Goiânia (GO), cujas primeiras obras foram inauguradas nessa terça-feira, dia 29, é um projeto importante para a região e o próprio sistema aeroportuário brasileiro. Os investimentos realizados, impulsionados pelo Novo PAC, transformam o terminal goiano em um hub estratégico para a região Centro-Oeste, com capacidade para atender à crescente demanda por transporte aéreo de passageiros e cargas.

A entrega do terminal de cargas, o primeiro totalmente refrigerado do País, é um marco importante. A estrutura, dedicada ao armazenamento de produtos farmacêuticos, químicos e hospitalares, garante a segurança e a eficiência na logística dessas substâncias, beneficiando tanto a população local quanto a indústria nacional. Essa iniciativa coloca Goiânia em posição de destaque no cenário logístico brasileiro, consolidando o estado como um polo de distribuição para o Centro-Oeste e outras regiões da Nação.

A ampliação do terminal de passageiros, a instalação de novos equipamentos e a criação de novas posições para aeronaves demonstram o compromisso do Governo Federal e da concessionária CCR Aeroportos em oferecer um serviço de qualidade aos usuários. Com a melhoria da infraestrutura, o aeroporto de Goiânia está melhor preparado para atender à crescente demanda por viagens aéreas, tanto no âmbito nacional quanto internacional.



A expectativa é que o aeroporto se torne um importante motor de desenvolvimento econômico para a região. A estimativa de geração de mais de 7.500 empregos e o aumento do PIB regional demonstram o potencial de transformação desse investimento. Além disso, a melhoria da conectividade aérea contribuirá para atrair novos investimentos, estimular o turismo e fortalecer a competitividade das empresas locais.

A parceria entre o Governo Federal e a iniciativa privada, demonstrada nesse projeto, é fundamental para o sucesso da modernização da infraestrutura aeroportuária brasileira. Ao investir em aeroportos regionais, o Governo contribui para reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento de todas as partes do país.

A inauguração dessas obras no Aeroporto Internacional de Goiânia é um exemplo de como a infraestrutura pode ser um poderoso instrumento de transformação social e econômica. Ao investir em aeroportos modernos e eficientes, o Brasil está dando um passo importante para se tornar um país mais conectado, mais competitivo e mais desenvolvido.

É fundamental que o Governo continue investindo em infraestrutura aeroportuária, buscando a expansão da malha aérea e a melhoria da qualidade dos serviços. Ao fazer isso, o Brasil estará contribuindo para o desenvolvimento do setor aéreo, para a geração de empregos e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/10/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS - PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS ANUNCIA SEU CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA CASA

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ELEIÇÃO PARLAMENTAR 1

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP-AL), anunciou nessa terça-feira, dia 29, o deputado do Partido Republicanos, da Paraíba, Hugo Motta, como seu candidato à presidência da Casa, em eleição prevista para o dia 1º de fevereiro de 2025. “Depois de muito conversar e, sobretudo, de ouvir, estou convicto de que o candidato com maiores condições políticas de construir convergências no parlamento é o deputado Hugo Mota, nome que demonstrou capacidade de aliar polos aparentemente antagônicos com diálogo, leveza e altivez”, afirmou Lira, em púlpito montado na frente da residência oficial do presidente da Câmara, em Brasília (DF).

ELEIÇÃO PARLAMENTAR 2

Hugo Motta é o primeiro candidato à presidência da Câmara oficialmente lançado na disputa. Ao lado de Motta e outros aliados, Lira afirmou que o líder do Republicanos, que está no quarto mandato de deputado federal, viveu os desafios por quais passou a gestão dele na presidência da Casa.

VOOS DOMÉSTICOS 1

O Brasil alcançou a posição de quarto maior mercado de voos domésticos do mundo em 2024, representando 1,2% do total mundial, conforme ranking da Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata). De acordo com o Ministério do Turismo, a nova posição aponta para a recuperação do número de passageiros internos, depois da pandemia, e mostra que o setor segue o mesmo ritmo em outros países, como Estados Unidos, China e Japão, que lideram o ranking global.

VOOS DOMÉSTICOS 2

Conforme o Ministério, o avanço do mercado nacional este ano foi acima da média mundial, com 6,6%. O crescimento médio mundial foi de 5,6%. Até julho, conforme a Iata, os voos domésticos brasileiros tiveram 44 milhões de passageiros. Dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) apontam que 80% dos cerca de 10 milhões de turistas, em setembro, voaram para destinos nacionais, informa o ministério.

PET

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, apresenta nesta quarta-feira, dia 30, as regras para aprimorar o transporte de animais no setor aéreo. As medidas fazem parte do Plano de Melhoria do Transporte Aéreo de Animais (Pata), elaborado pelo Governo Federal com objetivo de padronizar as diretrizes de transporte de pets na aviação comercial brasileira. O evento, que institui uma elevação na prestação do serviço aos animais, será realizado às 15h, no auditório do Ministério de Portos e Aeroportos, em Brasília.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/10/2024

REGIÃO CENTRO-OESTE - GOVERNO ENTREGA OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE GOIÂNIA

Terminal recebeu investimentos de R\$ 65 milhões para garantir o aumento de voos e visitantes para a região

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



Na cerimônia de entrega das obras do Aeroporto de Goiânia, Silvio Costa Filho destacou a boa fase econômica do Brasil, que tem atraído o interesse de investidores internacionais. Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve presente na terça-feira (29) na cerimônia de entrega da primeira fase das obras de modernização do Aeroporto Internacional de Goiânia (GO). O terminal recebeu investimentos de R\$ 65 milhões por meio do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e a execução das obras ficou a cargo da CCR

Aeroportos, concessionária responsável pela administração do aeroporto.

As melhorias estruturais abrangem ampliação do terminal de passageiros, das áreas de circulação, esteira de bagagem no desembarque internacional, novo sistema de BHS (Baggage Handling System) e EDS (Explosives Detection System) e um sistema de monitoramento de veículos, além de 18 posições para aeronaves do tipo “C” e a implantação de um novo pátio remoto para aeronaves tipo “D”.

Durante o evento, foi inaugurado o terminal de cargas do aeroporto, o primeiro do Brasil a ser totalmente refrigerado. Dedicado ao armazenamento de carga farmacêutica, química e hospitalar, o novo terminal permitirá que esses materiais sejam armazenados de forma segura e eficiente. Com uma área construída de 2.133,31 m² e capacidade para armazenamento refrigerado de 1.531,8 m³, a estrutura deverá reduzir custos e tempo de transporte, atendendo a toda a região Centro-Oeste.

Na cerimônia, Silvio Costa Filho destacou a boa fase econômica do Brasil, que tem atraído o interesse de investidores internacionais. “Esses investidores querem fazer mais investimentos na infraestrutura, em portos, aeroportos e rodovias do país. E à medida que a economia melhora e cresce, os estados se fortalecem e nós temos crescimento na aviação do Brasil também”, afirmou.

O ministro também ressaltou os recordes no setor aeroportuário brasileiro. “Nós vamos ter um crescimento de mais 10%, com mais de 120 milhões de passageiros no país. Esperamos, até dezembro de 2026, terminar esses quatro anos de governo com mais de 140 milhões de passageiros.” Costa Filho ainda elogiou a concessionária CCR pelo trabalho realizado no aeroporto.

“O Aeroporto Internacional de Goiânia recebe mais de 300 mil passageiros por mês. Devemos chegar a quase 3,7 milhões neste ano e, nos próximos dois anos, a 4 milhões de passageiros. Com o aeroporto pronto, reformado e qualificado, e a melhoria do transporte de cargas, a perspectiva é de ampliação de voos internacionais, voos diários e a de que a aviação cresça não apenas trazendo turismo de negócios, mas que traga cada vez mais brasileiros para conhecer o estado de Goiás, com suas belezas naturais e históricas”, ressaltou Costa Filho.



O vice-governador de Goiás, Daniel Vilela, destacou a parceria do Ministério de Portos e Aeroportos com o estado, enfatizando o apoio recebido para a retomada de obras importantes. “O aeroporto da capital, de uma região importante, ficou 12 anos com a obra parada e com um modelo ultrapassado. Hoje, com a ajuda do Ministério, Goiânia tem um aeroporto à altura do nosso estado”. Vilela também parabenizou o ministro pelo diálogo com o Tribunal de Contas da União (TCU), que possibilitou a criação de um modelo que permite às concessionárias assumirem a gestão de aeroportos municipais, “e potencializar o crescimento e desenvolvimento do interior do estado”, assegurou.

Concedido em outubro de 2021, o contrato de administração do Aeroporto Internacional de Goiânia tem duração de 30 anos. Estudos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) esmaam que, com as novas obras de infraestrutura, mais de 7.500 empregos podem ser gerados na região e mais de 6.000 em todo o Brasil, com potencial de crescimento do PIB regional em R\$ 2,2 bilhões, incluindo R\$ 118 milhões em salários.

Durante a cerimônia, Silvio Costa Filho comemorou a boa fase econômica pela qual o Brasil está passando, que coloca o país definitivamente na rota dos investidores internacionais. “Esses investidores querem fazer mais investimentos na infraestrutura, em portos, aeroportos e rodovias do país. E à medida que a economia melhora e cresce, os estados se fortalecem e nós temos crescimento na aviação do Brasil também”, afirmou.

O ministro destacou ainda os recordes no setor aeroportuário brasileiro: “nós vamos ter um crescimento de mais 10%, com mais de 120 milhões de passageiros no país. Esperamos, até dezembro de 2026, terminar esses quatro anos de governo com mais de 140 milhões de passageiros.” E parabenizou a concessionária CCR pelo trabalho desempenhado nas obras do aeroporto.

“O Aeroporto Internacional de Goiânia recebe mais de 300 mil passageiros por mês. Devemos chegar a quase 3,7 milhões neste ano e, nos próximos dois anos, a 4 milhões de passageiros. Com o aeroporto pronto, reformado e qualificado, e a melhoria do transporte de cargas, a perspectiva é de ampliação de voos internacionais, voos diários e a de que a aviação cresça não apenas trazendo turismo de negócios, mas que traga cada vez mais brasileiros para conhecer o estado de Goiás, com suas belezas naturais e históricas”, ressaltou Costa Filho.

Já o vice-governador do estado de Goiás, Daniel Vilela, afirmou que o Ministério de Portos e Aeroportos tem sido um grande parceiro do estado e tem ajudado a retomar obras importantes para a região. “O aeroporto da capital, de uma região importante, ficou 12 anos com a obra parada e com um modelo ultrapassado. Hoje, com a ajuda do Ministério, Goiânia tem um aeroporto à altura do nosso estado.” Vilela também parabenizou o ministro pelo diálogo com o Tribunal de Contas da União (TCU), que viabilizou a construção de um modelo para permitir que concessionárias possam absorver os aeroportos municipais “e potencializar o crescimento e desenvolvimento do interior do estado”, garantiu.

O Aeroporto Internacional de Goiânia teve sua concessão liberada em outubro de 2021. A duração do contrato é de 30 anos. De acordo com estudos feitos pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com as obras de infraestrutura do aeroporto, poderão ser gerados mais de 7.500 empregos na região e mais de 6.000 em todo o Brasil, com estimativa de aumentar o PIB da região em R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 118 milhões em salários.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/10/2024

NACIONAL - SECRETÁRIO DIZ QUE GLO SERÁ DECRETADA PARA SEGURANÇA DO G20 NO RIO

Se confirmada a informação, medida do Governo Federal terá como objetivo garantir o apoio das Forças Armadas durante a cúpula de líderes

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Como exemplo de medidas planejadas, o secretário Victor dos Santos mencionou as restrições no Aeroporto Santos Dumont, que fica próximo ao local das atividades do G20 (Foto: Divulgação)

O Governo Federal anunciará em breve uma missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para o período da Cúpula de Líderes do G20, que acontecerá no Rio de Janeiro. A informação foi confirmada pelo secretário de Segurança Pública do estado, Victor dos Santos. A reunião de líderes das 20 maiores economias do mundo está programada para os

dias 18 e 19 de novembro.

“A GLO é uma regra nesses grandes eventos. É importante destacar que o país que é anfitrião tem a responsabilidade de garantir a segurança de todos aqueles que vêm. Já havia previsão de decretação da GLO. Esse é um ato do Governo Federal, afinal é um evento internacional. Então a força do estado é uma força secundária. Mas claro que tudo que é de atribuição do estado, nós vamos garantir”, explicou Santos, conforme reproduzido pela Agência Brasil.

O secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP), Mário Luiz Sarrubbo, reforçou que a GLO é uma decisão exclusiva do presidente da República. Ele destacou que o Rio já tem experiência com grandes eventos, mencionando as Olimpíadas de 2016 como exemplo. “Nós temos convicção de que tudo correrá da melhor maneira durante o G20”, afirmou.

As declarações foram feitas após reunião entre as forças de segurança do Rio e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do MJSP (Senasp), que discutiram os recentes episódios de violência, incluindo a morte de três pessoas inocentes durante confronto na Avenida Brasil, zona norte da capital. No encontro, foi criado um grupo de trabalho com foco na investigação da estrutura financeira de organizações criminosas, visando a retomada dos territórios dominados por essas facções.

As missões de GLO, previstas na Constituição, conferem às Forças Armadas poder de polícia por um período definido em áreas específicas e são decretadas pelo presidente. Desde 1992, já foram realizadas mais de 140 missões de GLO no país, com foco na preservação da segurança pública em três contextos principais: greves de policiais militares, grandes eventos e eleições.

A duração exata da nova GLO não foi informada. Conforme Victor dos Santos, a missão incluiria toda a cidade do Rio de Janeiro, permitindo que o Governo Federal assumira a segurança pública durante o evento. Ele destacou a parceria com o estado: “Não é de hoje que a gente realiza grandes eventos. Na verdade, toda essa integração das forças de segurança que a gente vê em grandes eventos é o que a gente quer para o dia a dia, de forma perene”.

Como exemplo de medidas planejadas, Santos mencionou as restrições no Aeroporto Santos Dumont, próximo ao local das atividades do G20. “Os voos que vão chegar e sair serão operados tão somente por companhias regulares e todas elas com autorização da Aeronáutica. Isso é uma excepcionalidade”, detalhou.

Em novembro do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o decreto para o início da GLO nos portos e aeroportos de São Paulo e do Rio de Janeiro. O objetivo na ocasião era combater o crime organizado. A operação teve vigência até junho deste ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/10/2024

NACIONAL - DANONE DESMENTE INFORMAÇÃO DE QUE DEIXARÁ DE COMPRAR SOJA BRASILEIRA

Polêmica surgiu após publicação de reportagem afirmando que a empresa passaria a priorizar o mercado asiático

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Danone desmentiu na terça-feira (29) informações sobre uma possível interrupção na compra de soja brasileira em favor de fornecedores asiáticos, como havia noticiado a agência de notícias Reuters. Em nota, a multinacional francesa garantiu que continuará comprando soja do Brasil, cumprindo rigorosamente as normas locais e internacionais.

A polêmica surgiu após reportagem da Reuters, divulgada no último dia 25, sugerir que a Danone já havia cessado compras do Brasil antes da implementação de novas regulamentações da União Europeia, que exigem comprovação de que commodities agrícolas não são provenientes de áreas desmatadas. Grandes empresas, como Nestlé e Unilever, têm se ajustado para cumprir essa regra, que prevê multas de até 20% do faturamento em caso de violação.

A Aprosoja Brasil, entidade representativa dos produtores de soja, reagiu fortemente às alegações, sugerindo até um boicote à Danone. Em paralelo, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) também se posicionou, reafirmando o compromisso ambiental do país e criticando as regulamentações unilaterais da União Europeia. Segundo a pasta, o Brasil conta com avançados processos de monitoramento e rastreamento ambiental e defende que incentivos positivos seriam mais eficazes para proteger o meio ambiente, sem prejudicar a participação dos pequenos produtores no mercado europeu.

O Mapa reiterou que o Governo Federal exige regulamentos internacionais justos e equilibrados, que respeitem a soberania dos países produtores e fortaleçam a confiança nas negociações globais, evitando sanções que possam afetar o setor agrícola brasileiro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/10/2024

REGIÃO SUDESTE - SP AUTORIZA ESTUDOS PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO ACESSO AO PORTO DE SANTOS

Estão previstos uma alça de acesso e um novo viaduto para tráfego de caminhões na margem direita

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebeneews.com.br



A construção da alça de acesso e de um novo viaduto vai auxiliar na redução do tempo de espera de caminhoneiros, além de trazer melhorias para o tráfego de veículos pesados (Foto: Divulgação/APS)

O Governo de São Paulo autorizou o início dos estudos para realização dos projetos básico e executivo do novo acesso rodoviário ao Porto de Santos (SP). A obra, que ficará a cargo da concessionária Ecovias, que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), prevê uma alça de acesso e um viaduto com conexão para a Via Anchieta.

A autorização do Governo de São Paulo foi chancelada pela Secretaria de Parceria em Investimentos (SPI) à Ecovias. De acordo com a pasta, a ação teve anuência da Autoridade Portuária de Santos (APS).

As obras para melhorias de acessos rodoviários para a margem direita do maior porto do país estavam no caderno de obrigações do contrato de concessão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), sociedade formada por Rumo, VLI e MRS, que administra o modal ferroviário dentro do complexo santista.

Em agosto, a companhia que administra o Porto de Santos anunciou a construção dos novos trechos rodoviários a partir de uma parceria com o Governo de São Paulo, que repassaria a obra para o Grupo EcoRodovias, que já possui expertise neste tipo de construção.

Segundo o Governo Estadual, a construção da nova alça de acesso, bem como de um novo viaduto à margem direita, vai auxiliar na redução do tempo de espera de caminhoneiros, além de trazer importantes melhorias para o tráfego de veículos pesados que entram e saem da região portuária.

De acordo com a SPI, os estudos a serem realizados pela Ecovias deverão ser elaborados em 12 meses, com a possibilidade de prorrogação por mais seis meses. Os valores referentes às duas obras serão discutidos após os estudos de viabilidade, segundo informou a pasta.

Em troca da realização das obras, a APS vai destinar o valor de R\$ 250 milhões, a partir de um crédito junto à Fips, para a construção de moradias para famílias de baixa renda da região da Baixada Santista. Segundo a Secretaria de Parcerias em Investimentos, a construção será feita por meio dos programas habitacionais do estado.

O Porto de Santos aguarda ansiosamente a construção de um novo acesso rodoviário pela margem direita. Com os projetos de expansão e inclusão de novos terminais, a APS quer garantir a melhor logística possível para entrada e saída de caminhões visando o escoamento de produtos.

A autorização do Governo do Estado foi encaminhada para a Agência de Transporte do Estado (Artesp). Em nota enviada ao BE News, a Artesp informou que o ofício será apresentado à Ecovias até o final desta semana para a elaboração de um cronograma de atividades que envolva os estudos e projetos necessários para a implantação das obras do sistema viário.

“Mediante a conclusão do cronograma e com o orçamento indicado para implementação das intervenções, a agência reguladora analisará, em conjunto com a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), a inclusão das obras no contrato de concessão”, concluiu a agência.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/10/2024

REGIÃO SUDESTE - VLI REALIZA MAIOR EMBARQUE ÚNICO DE AÇÚCAR DA HISTÓRIA NO TIPLAM

Operação de carregamento de 70,1 mil toneladas do produto teve como destino o continente asiático
Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Foram carregadas no Tiplam 70,1 mil toneladas da commodity em um único navio, com destino ao mercado asiático. A operação ocorreu entre os dias 19 e 22 de setembro (Foto: Divulgação/VLI)

A VLI, uma das principais companhias de logística do país, realizou o maior embarque de açúcar VHP no Tiplam (Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio Mesquita), terminal privado localizado em Santos, no litoral de São Paulo.

Segundo informou a companhia, foram carregadas 70,1 mil toneladas da commodity em um único navio, com destino ao mercado asiático. A operação ocorreu entre os dias 19 e 22 de setembro.

Segundo o diretor de Operações do Corredor Sudeste da VLI, Nicolas Szwako, a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) desempenha um papel crucial neste processo, servindo como o principal vetor para as exportações.

“Nossos ativos, estrategicamente distribuídos ao longo do Corredor Sudeste da FCA, permitem a criação de soluções logísticas multimodais que proporcionam agilidade, eficiência e segurança na movimentação do açúcar, coletado em estados como Goiás, Minas Gerais e São Paulo”, comentou.

Devido à multimodalidade no Tiplam, a VLI tem conquistado importantes resultados na movimentação de açúcar. Na safra 2023/2024, que se iniciou em abril do ano passado e se estendeu até março deste ano, a empresa transportou 6,1 milhões de toneladas por suas ferrovias e movimentou 5,1 milhões de toneladas.

Esses volumes representam um aumento de 24% e 28%, respectivamente, em relação à safra anterior, que já era considerada recorde.

“Com essa nova conquista, a VLI reafirma sua posição de destaque no setor logístico e sua contribuição ao mercado de açúcar, reforçando a importância da infraestrutura e das operações eficientes para o crescimento das exportações brasileiras”, afirmou a companhia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/10/2024

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI E FAPEMA LANÇAM EDITAL DE R\$ 3,5 MI PARA INOVAÇÃO

Investimento busca avanços tecnológicos e sustentáveis para operações portuárias, com inscrições abertas até 29 de novembro

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



O edital abrange projetos voltados para tecnologia, logística e sustentabilidade, com foco em práticas que possam ser aplicadas às operações portuárias do estado do Maranhão (Foto: Divulgação)

O Porto do Itaqui (MA), em colaboração com a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), lançou um edital destinado ao financiamento de pesquisas nos setores portuário, marítimo e logístico do estado.

Com um investimento de R\$ 3,5 milhões, o edital integra a Linha de Ação “Mais Inovação” e busca impulsionar o avanço científico e tecnológico, oferecendo soluções para operações portuárias e reforçando o impacto socioeconômico da atividade na região.

O prazo para submissão das propostas já está aberto e segue até o próximo dia 29 de novembro. Pesquisadores de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, sediadas no Maranhão, podem inscrever seus projetos diretamente pelo site da Fapema (<https://www.fapema.br>).

Para o diretor de operações do Porto do Itaqui, Hibernon Marinho, a iniciativa é essencial para consolidar a integração entre o porto e o meio acadêmico. “Esse edital é um passo estratégico para o Itaqui, pois buscamos soluções inovadoras que aprimorem nossos processos e apoiem o desenvolvimento sustentável. Nossa parceria com a Fapema permite consolidar o Itaqui como um polo de inovação portuária e tecnológica, alinhado aos desafios globais de descarbonização e eficiência”, disse Marinho.

O edital abrange projetos voltados ao desenvolvimento tecnológico, descarbonização, impacto ambiental e otimização logística, e é direcionado a pesquisadores com foco em práticas que possam ser aplicadas às operações portuárias do estado. Segundo Marinho, o objetivo é fomentar estudos que fortaleçam a competitividade do porto e beneficiem a hinterlândia maranhense, ampliando o impacto econômico e social da atividade portuária.

Já o presidente da Fapema, Nordman Wall, ressaltou o papel estratégico da parceria com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) para a ciência e inovação locais. Segundo ele, a nova chamada pública representa mais um passo importante para fomentar a ciência, tecnologia e inovação no estado.

“Por meio do apoio a projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e às diretrizes do Plano Maranhão 2050, incentivamos o desenvolvimento de soluções que fortalecem o setor portuário, marítimo e logístico, além de promover uma economia mais inclusiva. É uma oportunidade de unir pesquisa e inovação ao crescimento socioeconômico e à preservação ambiental, trazendo benefícios concretos para o Maranhão e para o país”, enfatizou Wall.

A primeira fase de seleção terá seus resultados divulgados a partir de 18 de dezembro deste ano. As entrevistas dos candidatos aprovados serão realizadas entre 10 e 14 de fevereiro de 2025, com a divulgação dos resultados finais prevista para 12 de março de 2025.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/10/2024

REGIÃO NORDESTE - MARANHÃO QUER IMPLANTAR A PRIMEIRA ZPE DIGITAL DO PAÍS

Segundo a pasta, a área vai focar em tecnologia e inovação, com suporte de data center e energia renovável

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebnews.com.br



A expectativa da Sedepe é de que a ZPE digital do Maranhão possa atrair grandes empresas do setor de TI e capacitar especialistas para a criação de startups e empresas digitais

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (Sedepe) do Maranhão deu início aos estudos para a implantação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) digital. Segundo a pasta, esta é a primeira do Brasil com essa proposta.

A proposta visa criar uma zona de exportação focada na tecnologia e inovação, com suporte de um data center, energia renovável e um banco de baterias, além de promover a instalação de startups da região.

O desenvolvimento da ZPE digital é apoiado por um consórcio acadêmico envolvendo instituições como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Uniceuma e Instituto Federal do Maranhão (IFMA). A equipe é composta pelo secretário José Reinaldo Tavares, acadêmicos e especialistas, como o professor Jomar Vasconcelos, doutor em Química e mestre em Engenharia Elétrica.

“Será um projeto estratégico que colocará o Maranhão na vanguarda do setor. Isso nos projetará adiante e dará um impulso enorme ao sistema de educação do Maranhão, na ciência e tecnologia”, afirma o secretário.

Segundo o secretário, a ZPE digital do Maranhão deverá atrair grandes empresas do setor de TI e capacitar especialistas para a criação de startups e empresas digitais. Tavares destaca que a iniciativa promete gerar um cluster de inovação, uma estrutura com isenções fiscais voltada ao crescimento da tecnologia e exportação.

A Sedepe trabalha atualmente na finalização do esboço do projeto, que será apresentado à ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, ao presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Capelli, e ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante.

O que são

As ZPEs são áreas específicas, geralmente próximas a portos e aeroportos, criadas pelo governo para impulsionar as exportações e atrair investimentos. As empresas que operam dentro dessas zonas recebem benefícios fiscais, como a isenção de impostos federais, estaduais e municipais sobre produtos exportados, e têm a vantagem de simplificações aduaneiras e administrativas.

Essas zonas foram implementadas para tornar a produção brasileira mais competitiva no mercado global, além de fomentar a geração de empregos e o desenvolvimento regional. Entre as condições, exige-se que as empresas que se instalam em ZPEs destinem pelo menos 80% de sua produção ao mercado externo, embora possam vender até 20% no mercado interno, desde que paguem os impostos correspondentes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/10/2024

REGIÃO SUL - PORTOS RS ATUALIZA CALADO DO CANAL DE RIO GRANDE PARA 14,2 METROS

Autoridade Portuária afirma que, com a medida, as operações vão ocorrer sem restrições

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redenenews.com.br



As enchentes no estado fizeram a Portos RS diminuir o calado operacional, em especial próximo aos berços que atendem a operação e movimentação de granéis em Rio Grande (Foto: Divulgação/Portos RS)

A Portos RS, Autoridade Portuária que administra os portos públicos do Rio Grande do Sul, anunciou que o calado operacional do canal de acesso ao Porto do Rio Grande foi atualizado para 14,20 metros após a conclusão da última dragagem de manutenção. A medida garante a segurança das operações e das manobras de navios que acessam o complexo

portuário.

Os eventos climáticos que devastaram o estado do Rio Grande do Sul no mês de maio fizeram com que a Autoridade Portuária diminuísse o calado operacional, em especial próximo aos berços que atendem a operação e movimentação de granéis no Porto do Rio Grande.

Com as chuvas e enchentes registradas em diversos municípios gaúchos, houve uma grande sedimentação no canal navegável. No mês de junho, após reunião entre Portos RS, Capitania dos Portos e Praticagem, o calado chegou a ser reduzido para 11,9 metros.

Ao BE News, o diretor-presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, afirmou que a medida referente ao calado foi reduzida em razão de um encalhe de um navio ocorrido no complexo de Rio Grande. Desde então, a Autoridade Portuária ativou o contrato vigente de dragagem para executar as obras necessárias.

“Fizemos uma primeira etapa da obra para tentar minimizar o problema, conseguimos diminuir a restrição de 11,9 para 12,8. Posteriormente, ainda dentro desse mesmo contrato, para poder finalizar as batimetrias pós-obras. Então, conseguimos, a partir de uma reunião com a Praticagem e a Capitania dos Portos, ter a recuperação do nosso calado para 14,2”, disse.

A marcação de 14,2 metros é a mesma registrada no início do ano após a conclusão da campanha de dragagem de manutenção.

Segundo Klinger, a garantia da profundidade do calado reflete na manutenção das operações sem nenhum tipo de restrição.

“Momento super importante, tendo em vista a necessidade contínua das nossas operações, o movimento constante que temos com uma safra toda sendo escoada, e essa recuperação vai nos proporcionar essa retomada sem restrição, principalmente quando olhamos para os terminais graneleiros, então é um momento importante de recuperação da nossa economia para conseguir permanecer com as importantes entregas e movimentação dentro do nosso complexo”, pontuou.

A Portos RS informou que o calado dos terminais será redefinido assim que os levantamentos batimétricos atualizados sejam entregues.

Por fim, Klinger ressaltou os esforços realizados pela Autoridade Portuária, uma vez que as obras de dragagem foram contratadas com recursos públicos da companhia.

“São esforços feitos para remanejar recursos, destacar que essa obra foi feita com recursos próprios da Portos RS, então foi cortes de outros processos, outros contratos que tínhamos, para poder fazer o direcionamento desses recursos e executar esse importante obra. Um passo super importante para nosso complexo”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/10/2024

REGIÃO SUL - PORTO ITAPOÁ VAI INVESTIR R\$ 500 MILHÕES EM NOVA FASE DE EXPANSÃO

Terminal vai ampliar espaço de pátio, cais para atracação de navios e adquirir equipamentos de alta tecnologia

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebene.com.br



A fase IV do projeto de expansão do porto prevê 120 mil m² adicionais ao pátio, que hoje possui 455 m², e mais 400 metros de comprimento de cais somados aos 800 metros atuais (Foto: Divulgação)

O Porto Itapoá, terminal privado de contêineres localizado em Santa Catarina, anunciou nesta semana que deu início à sua fase IV do projeto de expansão do terminal. Segundo a companhia, a previsão de investimentos para esta nova fase é de R\$ 500 milhões nos próximos 12 meses.

Atualmente, o Porto Itapoá possui um pátio de 455 mil m², com capacidade estática de 31 mil TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) e capacidade de movimentar até 1,8 milhão de TEU por ano.

Segundo Felipe Kaufmann, nesta nova fase, a infraestrutura portuária será ampliada visando atender a crescente demanda do mercado nacional e internacional.

“A expansão incluirá 120 mil m² adicionais ao pátio. Além disso, estão previstas novas aquisições de equipamentos de alta tecnologia, que prometem elevar a eficiência e a sustentabilidade do terminal”, comentou.

Entre os novos investimentos previstos para a nova fase, destaca-se aquisição de mais um portêiner – equipamento para movimentação de contêineres em navios de grande porte, sendo o oitavo em operação em Itapoá. No mês de agosto, o terminal recebeu o sétimo portêiner, o que representou aumento de 15% em produtividade.

Segundo o projeto, o cais será ampliado ao ganhar mais 400 metros de comprimento. Somando-se aos atuais 800 metros, o espaço vai permitir a atracação de três navios de porte maior. O Porto Itapoá já recebeu as licenças ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a obra seguirá um cronograma estratégico pelos próximos 12 meses.

Pacote de modernização

A Fase IV do projeto de expansão do Porto Itapoá ainda contempla a aquisição de 12 RTGs (guindastes sobre pneus) operados por controle remoto. Atualmente, o terminal conta com 10 RTGs controlados de forma remota e outros 17 equipamentos convencionais.

Também serão adquiridos nove terminal tractors (TTs), que são os caminhões que movimentam contêineres dentro do pátio e no cais. Itapoá já conta com 49 TTs em sua frota, sendo que 20 são elétricos.

A ampliação também inclui 1.080 novas tomadas refrigeradas, totalizando 4.038 pontos para contêineres reefers, consolidando Itapoá como o terminal com o maior número de tomadas reefer em Santa Catarina e o segundo maior do Brasil. Outra importante aquisição anunciada será um novo scanner de última geração, que servirá para garantir segurança da circulação e cargas do porto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/10/2024

BRASIL EXPORT - PORTO DE PALERMO É DESTAQUE NA MISSÃO INTERNACIONAL DO BRASIL EXPORT

Autoridades brasileiras irão conhecer o complexo italiano especializado no transporte de mercadorias e operações logísticas

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redebenews.com.br



Palermo é um ponto estratégico para o transporte de mercadorias e um hub para as indústrias pesqueira e alimentícia, conectando-se a outras partes da Itália e do Mediterrâneo (Foto: Divulgação)

A missão internacional do Grupo Brasil Export 2024 no Mar Mediterrâneo, entre os dias 3 e 11 de novembro, terá uma visita ao Porto de Palermo na quarta-feira (6). Essa será a terceira cidade italiana no trajeto da comitiva formada por empresários e autoridades do setor portuário e infraestrutura brasileiro.

Palermo é uma cidade marítima, com forte cultura naval. O porto é administrado pela Autoridade Portuária do Mar da Sicília Ocidental. O transporte de mercadorias e operações industriais relacionadas à logística são algumas das principais atividades do complexo portuário, com destaque para o setor naval e o estaleiro Fincantieri.

Palermo é também um ponto estratégico para o transporte de mercadorias e um importante hub para as indústrias pesqueira e alimentícia da região, conectando-se a outras partes da Itália e do Mediterrâneo.

Outro destaque da atividade portuária na cidade é o investimento em tecnologias para reduzir as emissões de poluentes nas operações, além do incentivo do uso de energias renováveis em estaleiros e fábricas.

Algumas das medidas adotadas envolvem o gerenciamento de resíduos e tecnologias para despoluição marítima, para mitigar o impacto ambiental das atividades econômicas.

O transporte sustentável também tem projetos em outros modais, como a modernização da linha ferroviária Palermo-Catânia, parte do Corredor Escandinávia-Mediterrâneo da rede TEN-T. O projeto pretende reduzir o tempo de viagem em aproximadamente uma hora. São cerca de 3,4 bilhões de euros em investimentos para promover a mobilidade sustentável na região.

Outro foco é a gestão de resíduos urbanos e a criação de espaços verdes. Palermo mantém um índice baixo de coleta seletiva – em torno de 20%. Esse dado indica um potencial de crescimento em reciclagem e infraestrutura ecológica. A cidade pretende elevar esses números por meio de programas de conscientização, educação ambiental e da criação de novos pontos de coleta.

O turismo representa um papel importante na economia local. Cerca de 29.500 empregos diretos e indiretos são gerados pelo turismo, contribuindo com 1,2 bilhão para a economia local. Os cruzeiros marítimos contribuem para essa estatística. A cidade tem uma média superior a 900 mil passageiros anuais, e a expectativa é que esse total supere a marca de 1 milhão até o final de 2024.

Confira a programação:

QUARTA | 6 – Palermo (Monreale) | Itália

09h30 – Início do desembarque no Porto de Palermo

10h00 – Visita ao estaleiro Fincantieri

13h00 – Almoço em Palermo

15h30 – Retorno ao navio (saída 18h)

19h00 – Warm-up | Networking

20h15 – Jantar | Restaurante no navio

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/10/2024

INTERNACIONAL - CONGRESSO DA APLOP EM LEIXÕES PROMOVE TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE PAÍSES LUSÓFONOS

Inovações em logística sustentável e digitalização são temas de destaque do evento, com transmissão exclusiva da TV BE News

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O congresso da APLOP em Leixões contará com uma série de painéis focados no fortalecimento da cooperação e troca de experiências entre os portos de língua portuguesa (Foto: Arquivo/Grupo Brasil Export)

Autoridades e especialistas em infraestrutura estarão reunidos no Congresso da Associação dos Portos de Língua Portuguesa (APLOP), que acontece nestas quarta (30) e quinta-feira (31) em Leixões, Portugal. O evento, que será transmitido exclusivamente pelo canal da TV BE News no YouTube (@tv_benews), trará representantes de países lusófonos para discutir inovações e o desenvolvimento do setor portuário.

No primeiro dia, o Brasil contará com a presença de Hugo Figueirêdo, presidente do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE), que abordará os avanços do projeto Global Gateway e a importância de iniciativas que fortalecem a conexão entre Brasil, Portugal e países africanos de língua portuguesa.

Fabricio Julião, CEO do Grupo Brasil Export, também representará o país, apresentando a contribuição da empresa para a cooperação econômica entre as nações lusófonas e destacando as oportunidades de negócios geradas pela parceria entre esses portos.

Outro destaque brasileiro será Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos (SP), que compartilhará suas experiências em iniciativas de descarbonização e conectividade digital, oferecendo soluções que podem inspirar outros portos no cenário internacional.

Além disso, o desembargador Celso Peel, relator da Ceportos (Comissão de Juristas para a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias) da Câmara dos Deputados, apresentará uma palestra sobre o novo marco regulatório proposto para o setor portuário brasileiro.

No segundo dia do congresso, Juliane Carneiro, do Porto do Açu (RJ), falará sobre inovação e sustentabilidade, destacando práticas e oportunidades para impulsionar o setor portuário do Brasil.

O evento contará com uma série de painéis envolvendo representantes de mais de 10 países, focados no fortalecimento da cooperação e troca de experiências entre os portos de língua portuguesa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/10/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

REFINARIA DE MATARIPE TORNOU-SE LÍDER DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE VÁRIOS PRODUTOS NA AMÉRICA LATINA E SEGUE INVESTINDO NO PORTO

Redação - 29/10/2024 19:15 - Atualizado 30/10/2024



O vice-presidente de operações da Acelen, Celso Ferreira, disse, em entrevista exclusiva ao portal Bahia Econômica, que, após ter investido mais de R\$ 2 bilhões em investimentos, a Refinaria de Mataripe é uma nova planta, mais moderna e com maior capacidade de produção.

“O complexo industrial passou pelo maior programa de modernização de sua história em sete décadas e com os investimentos, houve aumento da capacidade total de produção de 289 mil barris por dia para 302 mil barris por dia. Além disso,

lançamos cinco produtos (propano especial, butano especial, diesel marítimo, solvente, OCB1) ampliando o portfólio da empresa para mais de 30 produtos”, disse Ferreira.

Segundo ele, hoje a Acelen é líder na produção e comercialização na América Latina em diesel, cuja produção aumentou 33%, em querosene de aviação, com incremento de 181%, e em parafinas. “Além disso, a refinaria é o segundo maior fornecedor de bunker (combustível marítimo) do Brasil”.

O diretor da Acelen destacou também o investimento de R\$ 70 milhões na primeira etapa da requalificação do Temadre, o porto da empresa, incluindo a dragagem do canal, que não era realizada há mais de 20 anos, e agora tem 15,5 metros, possibilitando receber carregamentos maiores de petróleo.

E anunciou a segunda etapa da requalificação do Temadre prevista para os próximos dois anos e prevê um novo investimento de R\$ 15 milhões na modernização. Veja aqui a entrevista na íntegra.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 30/10/2024

BAHIA RECEBE NOVO INVESTIMENTO INDUSTRIAL COM USINA DE BIOETANOL. VEJA ONDE

Por Matheus Souza - 29/10/2024 18:59 - Atualizado 30/10/2024



A Bahia receberá mais um investimento industrial com a construção de uma usina de bioetanol a partir do processamento de milho e sorgo em Santa Rita de Cássia, no Oeste do estado.

O Grupo Lida informou que o processo terá um baixo consumo de água contemplando a tecnologia ZLD (Zero Liquid Discharge) e que a bioindústria será autossuficiente em geração de energia elétrica, através da queima de capim, produzido dentro da própria operação.

Além do bioetanol, a usina também produzirá dois coprodutos com alto valor agregado o DDGS – em português, grãos secos de destilaria com solúveis – e o óleo bruto de milho.

O DDGS se destaca como um produto altamente palatável e com alto teor de proteína atingindo excelentes resultados na nutrição animal.

O prefeito, Zezo Aragão, escreveu em seu Instagram que a usina representa grande marco de desenvolvimento para o município. “O alvará de construção para o início desse grande projeto que vai revolucionar nossa cidade, já está assinado”, comemorou Aragão.

Geração de empregos

De acordo com o Grupo Lida, na fase de construção e implementação, a expectativa é que a empresa movimente indiretamente em torno de 300 vagas de empregos, envolvendo diversas áreas, como construção civil, logística, montagem mecânica, elétrica e automação.

Em fase de operação, a Lida Bioenergia gerará aproximadamente 80 empregos diretos e em torno de 20 indiretos, como prestadores de serviços.

Fonte: *Bahia Econômica*
Data: 30/10/2024

MINISTÉRIO VAI FAZER CHAMAMENTO PÚBLICO PARA TRECHOS FERROVIÁRIOS QUE SERÃO DEVOLVIDOS PELA FCA. VEJA OS DA BAHIA.

Redação - 29/10/2024 17:05 - Atualizado 30/10/2024



O governo vai fazer chamamento público para devolução de trechos ferroviários da FCA – Ferrovia Centro-Atlântica e FTL – Ferrovia Transnordestina Logística. A informação é do superintendente de Transporte Ferroviário da ANTT, Alessandro Baumgartner, que informou que o chamamento público para devolução de trechos ferroviários deve ser iniciado por Minas Gerais.

Pelo modelo, o Ministério dos Transportes levará ao mercado oferta para ver se realmente há interessados na operação nesses trechos, atualmente abandonados ou subutilizados pelas concessionárias de ferrovias. Segundo o diretor da ANTT, há indicações de que há interessados em operar alguns trechos de curta distância. Dois trechos curtos na Bahia pode interessar a investidores: Paripe/ Mapele e o ramal ferroviário do Porto de Salvador.

Na Bahia os trechos ferroviários que a Ferrovia Centro-Atlântica quer devolver são:

- Paripe – Mapele
- Ramal do Porto de Salvador



- Alagoinhas – Juazeiro
- Alagoinhas – Propriá (SE)
- Corinto (MG) a partir do km 1.015 + 000 – Alagoinhas

A resolução sobre o chamamento público para a devolução de trechos ferroviários sem operação deve ficar pronta neste mês de outubro, e ainda neste ano deve ser levada para deliberação da diretoria da agência.

Baumgartner explica que o chamamento, permitido na nova lei de ferrovias, funciona como uma licitação. Na prática, o Ministério dos Transportes determina para quais trechos devem ser realizados os chamamentos, e a agência trabalha na regulação do processo, que culmina com a publicação do edital ao mercado.

“A diretriz geral é essa: todo trecho que está sem operação pode ser colocado para o mercado mesmo sem estar separado da concessão. Ele vai ser separado da concessão quando? Quando a gente tiver um chamamento, um resultado positivo para esse chamamento”, explicou o diretor. Com informações da Agência Infra.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 30/10/2024



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

1º COTTON DAY SANTOS SERÁ NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS

Informações: ACS (30 de outubro de 2024)

Com o objetivo de destacar a relevância do algodão na pauta comercial brasileira, fomentar a discussão sobre melhorias e promover conexões entre os principais atores da cadeia produtiva e logística do algodão no porto de maior representatividade das exportações de algodão da atualidade, a Associação Comercial de Santos abrigará em sua sede o 1º Cotton Day Santos.

A iniciativa iniciada, em parceria com a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), por meio do programa Cotton Brasil, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e a Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea), reunirá produtores, exportadores, traders, operadores de terminais portuários e retroportuários, falam de serviços e autoridades para debater os desafios e oportunidades do setor, reforçando a importância estratégica do Porto de Santos no escoamento dessa commodity para o mercado internacional.

“O 1º Cotton Day Santos busca fortalecer a importância do algodão para o Porto de Santos e sua retroárea, onde a fibra brasileira se destaca entre os principais produtos movimentados”, afirma Alexandre Schenkel, presidente da Abrapa. Ele ressalta a relevância do evento em um ano em que o Brasil se consolida como líder mundial nas exportações de algodão, com projeções do USDA apontando para a comercialização de 2,72 milhões de toneladas para o período 2024/2025.

A programação do Cotton Day contará com apresentações de especialistas e representantes de órgãos ligados à exportação de algodão, que discutirão os desafios para o escoamento de fibra pelo Porto de Santos, que já responderam por até 99% das exportações de algodão do país. Entre os temas envolvidos estão as melhorias possíveis para aumentar a eficiência das operações portuárias, além de uma análise sobre o papel do Brasil como maior exportador mundial de algodão, com a participação da ACS, da Autoridade Portuária de Santos, da Abrapa, da Anea, entre outros representantes do setor.

Mauro Sammarco, presidente da ACS, destaca a importância do encontro para a região e para o Porto de Santos: “Trata-se do primeiro de uma série de eventos que estaremos promovendo. O complexo portuário santista opera com diversas cadeias de produtos e é importante que todos os



envolvidos conheçam com profundidade a magnitude, os detalhes e dificuldades de cada uma das obras e contribuíram com melhorias e inovações. Nesta oportunidade, com os grandes parceiros do setor, estaremos focando o algodão, commodity de mais alta relevância para o Brasil e economia local”. afirma Mauro.

Miguel Faus, presidente da Anea, explica que a proposta do evento é identificar problemas e discutir soluções. “Queremos engajar todos os setores envolvidos no processo de exportação, buscando aumentar a eficiência e melhorar os serviços no porto. Estamos abertos para discutir as questões logísticas que envolvem a exportação do algodão em qualquer instância”, comenta.

O evento conta com o apoio da Autoridade Portuária de Santos, da Prefeitura de Santos, da Fundação Parque Tecnológico de Santos e outras instituições que visam contribuir para o fortalecimento da competitividade do algodão brasileiro.

As inscrições para o evento estão esgotadas. Mas teremos transmissão ao vivo no YOUTUBE da ACS de toda a programação! Acompanhe!

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 30/10/2024

PORTO DE SANTOS CONCEDE DESCONTOS NAS TARIFAS DE NAVIOS SEGUROS E DE CRUZEIROS

Informações: Autoridade Portuária de Santos (30 de outubro de 2024)

Indicadores de eficiência e sustentabilidade e número de passageiros são os critérios

A APS baixou duas portarias que regulamentavam descontos tarifários no Porto de Santos. A Portaria nº 143.2024, publicada em 04 de outubro, apresenta descontos tarifários baseados em indicadores de eficiência e sustentabilidade. O benefício será concedido às operadoras portuárias que atingirem boa classificação no Índice de Eficiência e Sustentabilidade Portuária (IESP), que avalie a regularidade contratual, operacional e aspectos de sustentabilidade das operações no Porto de Santos. O ciclo de avaliação dos IDs ambientais, 06 e 07, cujo prazo para a entrega do Inventário de Gases do Efeito Estufa e o Relatório de Consumo Energético (RCE) é 31/12/2024.

Por meio da Portaria nº 144.2024 (de 10/04/2024) a Autoridade Portuária de Santos distribuiu novos critérios para descontos tarifários aplicáveis a navios de cruzeiro no Porto de Santos. A concessão de desconto, relacionada com a quantidade de passageiros por navio durante a temporada, incide sobre o Item 4 da Tabela III – Infraestrutura Operacional ou Terrestre. O desconto tarifário varia de 10% a 60%, conforme a quantidade de passageiros, com o benefício máximo aplicado para armadores que transportam mais de 680 mil passageiros.

“É mais uma forma de incentivar os armadores que adotam boas práticas”, afirmou o presidente da APS, Anderson Pomini, lembrando que ambos os descontos previstos nas portarias vigorarão pelo prazo de 12 meses, com possibilidade de prorrogação, de acordo com a avaliação de conveniência da APS, e entrou em vigor a partir de 17 de outubro de 2024.

O desconto será aplicado provisoriamente com base nas fornecidas pelos armadores e ajustado ao final da temporada, com base nos dados efetivos do sistema Supervia de Dados da APS. A portaria estabelece que os armadores devem informar à APS, com antecedência, a estimativa do número de passageiros e os detalhes das escalas.

Antaq aprova novas normas – A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou no último dia 17 de outubro o pedido da Autoridade Portuária de Santos (APS) para inclusão de novas normas de aplicação da Tabela I da estrutura tarifária do Porto de Santos. A decisão visa aprimorar a aplicação da tabela de uso da infraestrutura marítima, especialmente no que diz respeito aos descontos por frequência de embarques e sentido de navegação.

O desconto tarifário, vigente por meio de portaria da APS, com prazo de 12 meses, poderá continuar sem necessidade de comunicação prévia à Antaq, conforme disposto na Resolução ANTAQ nº 61/2021.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 30/10/2024

RECICLAGEM AMBIENTAL ADEQUADA DE NAVIOS É META PARA 2025

Informações: Agência Marinha de Notícias (30 de outubro de 2024)



A proposta será enviada pelo MRE para análise dos ministérios envolvidos antes da avaliação do Congresso – Imagem de chandervid85 no Freepik

O Brasil se prepara para adaptar sua frota de navios mercantes à critério da Convenção Internacional de Hong Kong para a Reciclagem Segura e Ambientalmente Adequada de Navios, da Organização Marítima Internacional (IMO, da sigla em inglês), que deve entrar em vigor em junho de 2025. A Comissão Coordenadora para os Assuntos da IMO (CCA-IMO), Colegiado

interministerial coordenado pela Marinha do Brasil e formado por representantes de 14 órgãos da administração pública federal, deu início ao processo, com proposta encaminhada para o Ministério das Relações Exteriores.

Os ministérios envolvidos devem emitir pareceres sobre o documento, que então serão remetidos pela Casa Civil da Presidência da República ao Congresso Nacional, para apreciação das comissões pertinentes e do plenário de ambas as casas. A Convenção prevê medidas para prevenir e minimizar os riscos ambientais, de saúde ocupacional e de segurança, relacionados à reciclagem de navios, considerando as características específicas do transporte marítimo e a necessidade de segurança, ao final de suas vidas úteis, a retirada adequada do ambiente.

Uma vez que a Convenção entre em vigor internacionalmente e o Brasil finalize os processos de adesão junto à IMO e de internalização no arcabouço legal nacional, os desafios relativos à implementação de suas disposições surgirão. Assim sendo, a Autoridade Marítima Brasileira realizará a normatização das ações, em sua área de competência, devendo ocorrer o mesmo no âmbito das demais autoridades envolvidas. Caso seja relevante, você poderá buscar apoio técnico e treinamento no âmbito da IMO, a qual conta com um extenso programa de cooperação técnica.

Os requisitos necessários para sua entrada em vigor no âmbito internacional foram alcançados em junho de 2023, com as adesões de Bangladesh e da Libéria. Foram permitidas as adesões de 15 países, cujas frotas mercantes somassem pelo menos 40% da arqueação bruta da frota mercante mundial e cujos volumes de reciclagem feitos nos últimos 10 anos representassem 3% do soma de suas frotas. Com isso, a Convenção entrará em vigor em junho de 2025.

A Convenção prevê a aplicação das regras a embarcações com arqueação bruta (volume interno do navio) superior a 500. Por enquanto não há previsão do número de navios brasileiros impactados, em razão de diferenças quanto ao tamanho das embarcações contempladas pelo acordo internacional e pela legislação brasileira, em discussão no Congresso Nacional, na forma do PL 1584/2021. Em face das divergências observadas, a Autoridade Marítima, por meio da Assessoria de Relações Institucionais da Marinha, efetuou gestões junto ao Congresso Nacional, a fim de compatibilizar as críticas, de modo que seja possível dimensionar especificamente a quantidade de navios a serem impactados.

O Brasil na IMO

A IMO é uma agência especializada das Nações Unidas, com sede em Londres, na Inglaterra, que tem por missão a promoção de um transporte marítimo internacional seguro, protegido e ambientalmente eficiente e sustentável, por meio da cooperação técnica. O Brasil é membro da instituição desde 1963 e, desde 1967, integra o Conselho da IMO – categoria reservada a países



com o maior interesse no comércio marítimo mundial. Com mais de 95% de suas negociações comerciais movimentadas por via marítima, o Brasil atribuiu grande importância aos trabalhos da IMO.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 30/10/2024

TAXAS DE NAVEGAÇÃO APROVADAS E LIBERADAS ATÉ 2031 PARA NORTE E NORDESTE

Informações: Agência Senado (30 de outubro de 2024)

O Senado aprovou nesta terça-feira (29) a prorrogação até 2031 da isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) na navegação de cargas com origem ou destino no Norte e no Nordeste. O projeto de lei (PL 1.765/2019) do deputado Júnior Ferrari (PSD-PA), aprovado em Plenário, volta para a Câmara dos Deputados.

A proposta já havia passado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), defendeu uma emenda que estendeu o prazo de 2027 para 8 de janeiro de 2031, argumentando que a navegação fluvial na Amazônia foi duramente atingida por estiagens e como duas regiões têm altos custos logísticos.

— O Congresso já se manifestou sobre essa matéria e aprovou o benefício. Como todos no Brasil sabem, enfrentaremos neste período três graves problemas globais. Hum, uma pandemia. Em segundo lugar, a Amazônia apresentou no ano passado uma maior estimativa de todos os tempos. E, lamentavelmente, este ano novamente a maior estimativa, superando inclusive a do ano passado — reportada o parlamentar.

Braga argumentou que o Nordeste também foi penalizado pela pandemia e pelo fraco desempenho econômico. Ele acredita que a autorização proporcionará maior competitividade ao setor e permitirá a modernização das frotas regionais.

O senador citou como exemplo o camarão pescado no litoral do Pará e industrializado em grande parte no Ceará. A atividade econômica é importante para os dois estados, que serão beneficiados pela proposta.

O Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante constitui o Fundo da Marinha Mercante (FMM), criado em 1958. O FMM e o adicional de frete tiveram as regras revistas diversas vezes. Em 2004, com a sanção da Lei 10.893 , houve nova alteração, e prorrogações foram instituídas posteriormente por meio de medidas provisórias.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 30/10/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

HADDAD DIZ QUE GOVERNO ENVIARÁ PEC AO CONGRESSO PARA REFORÇAR ARCABOUÇO FISCAL: 'DESPESAS OBRIGATÓRIAS TÊM QUE CABER'

Segundo ministro, chegou-se a um entendimento sobre as medidas de ajuste após reunião com presidente Lula. Dólar volta ao patamar de R\$ 5,76, após declarações

Por Bernardo Lima e Karolini Bandeira — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira que o conjunto de medidas de ajuste das contas do governo virá por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que será enviada ao Congresso Nacional para fazer as "despesas obrigatórias caberem" no arcabouço fiscal — regra de controle das contas públicas aprovada no ano passado. Segundo Haddad, agora as propostas passam por análise da equipe jurídica do governo.

Após as declarações, o dólar, que chegou a R\$ 5,79 pela manhã, voltou ao patamar de R\$ 5,76. Na véspera, a moeda americana havia atingido o maior patamar desde março de 2021, com as incertezas sobre o pacote de ajuste.

— Invariavelmente vai ser uma Proposta de Emenda Constitucional. Então, como tem alguma coisa que vai ser votada neste ano ainda a respeito de finanças, provavelmente, se conformar dessa maneira, deve entrar em uma Emenda Constitucional — disse Haddad a jornalistas na saída do Ministério da Fazenda.

O ministro se reuniu ontem por cerca de quatro horas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Alvorada para discutir o ajuste fiscal. Segundo Haddad, o governo chegou a um entendimento sobre as medidas que serão implementadas.

— Ontem foi uma boa reunião porque houve uma convergência importante em torno do princípio de reforçar o arcabouço fiscal e uma ideia que tem que ser analisada juridicamente, mas que atende à Fazenda — afirmou o ministro, que ainda completou: — As despesas obrigatórias têm que encontrar uma forma de caber dentro do arcabouço, porque é isso que faz você ter sustentabilidade.

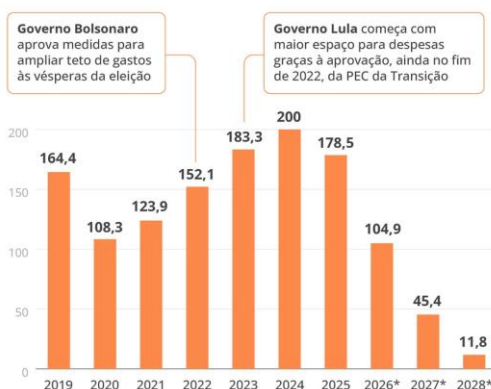
Haddad disse que entende a "inquietação" do mercado sobre o chamado "risco fiscal", de descontrole das contas.

— Até entendo a inquietação (do mercado), mas é que tem gente especulando em torno de coisas, como o jeito que eu falo. O meu trabalho é tentar entregar a melhor redação possível para que haja a compreensão do Congresso da situação do mundo, e do Brasil — afirmou.

A evolução das despesas discricionárias do governo

Gastos do governo federal que não são obrigatórios, como custeio da máquina pública e investimentos

(em R\$ bilhões)



*A partir de 2026, se não houver mudanças de regras, o espaço para despesas discricionárias vai cair drasticamente, segundo estimativas do Tesouro Nacional. Isso vai ocorrer porque os gastos com Previdência, Saúde e Educação vão comprimir os demais.

Fonte: Tesouro Nacional

— Foto: Arte/O Globo

Diversas políticas públicas estão na Constituição, como o abono salarial, o Fundeb (fundo de educação básica), além de vinculações de gastos — isso não quer dizer, necessariamente, que essas medidas serão alvo do governo, mas indica o tamanho das ações.

Uma PEC precisa ser aprovada por no mínimo 308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores.

Cálculos do governo apontam que, se nada for feito, o espaço para despesas não obrigatórias, que tem previsão de R\$ 104,9 bilhões em 2026, chegará a 2028 com apenas R\$ 11,8 bilhões — o que na prática levaria a uma paralisação no governo federal.

O arcabouço fiscal prevê que as despesas totais do governo devem crescer entre 0,6% e 2,5% acima da inflação a cada ano.

Envio da PEC em novembro

No Palácio do Planalto, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o pacote de medidas é "consistente", e que tem intenção de apresentá-lo ao Congresso ainda em novembro deste ano.

— Para mim, nós precisamos apresentar agora no mês de novembro. Nem todas as medidas, aliás, a maioria não precisa ser aprovada neste ano porque a questão não é o impacto em 2025, é 2026 — disse a ministra, que afirmou também não ver dificuldade em votar as propostas no ano que vem.

Segundo Tebet, este é o primeiro de dois "pacotes estruturais" que serão apresentados pelo governo para ajuste fiscal.

— O que precisamos é apresentar para o país um pacote consistente, autorizado e que dê conforto ao presidente da República. Deixando claro que não vamos tirar nenhum direito, isso foi um consenso entre o ministro Haddad e eu, não é só um pedido do Lula — completou a ministra.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou nesta quarta-feira que o presidente Lula fará "os ajustes necessários" para manter o crescimento do país e assegurar o cumprimento do arcabouço fiscal.

Em publicação na rede social X, o ministro disse que "quem apostar contra o Brasil vai perder".

"Quem apostar contra o Brasil vai perder, o presidente Lula vai fazer os ajustes necessários para manter o crescimento do país, assegurar investimentos e cumprir o arcabouço fiscal, enquadrando as despesas dentro das regras da meta fiscal", escreveu Rui Costa.

Reunião para tratar de revisão de gastos

Na tarde desta quarta-feira, os ministros que compõem a Junta de Execução Orçamentária (JEO) vão se reunir para tratar, entre outros temas, de ações para contenção de despesas públicas.

O colegiado é formado por Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos).

Há expectativa de que a discussão sobre a revisão de gastos avance no encontro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/10/2024

MINISTRO DO TRABALHO NEGA MUDANÇA EM ABONO E SEGURO-DESEMPREGO: 'A NÃO SER QUE O GOVERNO ME DEMITA'

Marinho negou que medidas sejam discutidas no governo

Por Bernardo Lima — Brasília



O ministro do Trabalho, Luiz Marinho — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou nesta quarta-feira que não foi procurado para discutir mudanças no abono, seguro-desemprego e no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e que pode se demitir caso as medidas sejam debatidas sem o seu aval.

— Se ninguém conversou comigo, não existe. Se eu sou responsável pelo Trabalho e Emprego. A não ser que o governo me demita. Vale para todo o tema do Trabalho que eu não discuti — disse em entrevista coletiva do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Marinho reafirmou ainda que considera uma "agressão" que medidas relacionadas ao trabalho sejam discutidas sem o seu conhecimento. Questionado se pediria demissão caso constatasse que isso está acontecendo, ele disse que é "possível".

— Se eu for agredido, é possível, nunca fui. Uma decisão de um tema sem minha consulta, é uma agressão — afirmou.

As declarações acontecem em momento em que a equipe econômica do governo discute medidas para revisar despesas públicas.

Estão no radar da equipe econômica auxílios como abono salarial e seguro-desemprego, mas ainda é necessário avançar no diálogo com o Ministério do Trabalho.

O ministro, no entanto, nega que tenha sido procurado.

— Para mim esse debate não existe, o ministro do Trabalho não foi procurado por ninguém, nem pelo ministro da Fazenda, nem pela ministra do Planejamento nem pelo presidente — afirmou.

Propostas não avançam

A pasta comandada por Marinho não avançou em projetos como a regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativos — promessa de campanha de Lula para um público visto como majoritariamente bolsonarista — e enfrenta divergências dentro do governo em projetos polêmicos, como acabar com o saque-aniversário do FGTS.

O desempenho de Marinho tem alimentado sua fritura por auxiliares próximos de Lula. Uma das críticas é que o ministro, o governo e até mesmo o Partido dos Trabalhadores (PT) não estão equipados para se comunicar com as novas categorias no mercado de trabalho, incluindo os pequenos empreendedores.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/10/2024

POR R\$ 1 MILHÃO DE DIFERENÇA, CCR VENCE ECORODOVIAS NO LEILÃO DA ROTA SOROCABANA EM SÃO PAULO

Empresa ofereceu outorga de R\$ 1,601 bilhão, ágio de 267.835% sobre o valor mínimo; lance da Ecorodovias foi de R\$ 1,600 bilhão

Por João Sorima Neto — São Paulo



Leilão do lote Rota Sorocabana, com 460 quilômetros de extensão, aconteceu na B3 — Foto: Governo de SP

A CCR confirmou o favoritismo e venceu o leilão de concessão da Rota Sorocabana, com 460 quilômetros de extensão. No lote, estão incluídos trechos de estradas que já são administrados pela CCR, através da concessionária da ViaOeste, mas cuja concessão está chegando ao fim. O leilão aconteceu na B3, em São Paulo, na tarde desta quarta-feira.

Além da CCR, entregaram propostas a Ecorodovias, Pátria Investimentos e Grupo EPR, plataforma de investimento em concessões rodoviárias. As propostas de CCR e Ecorodovias superaram a dos adversários e ambas foram para a disputa viva voz.

Depois de treze lances de cada empresa, a CCR venceu a disputa. O valor mínimo da outorga era de R\$ 597,5 mil e a CCR ofereceu R\$ 1,601 bilhão, ágio de 267.835,55%, valor superior em R\$ 1 milhão à oferta da Ecorodovias, de R\$ 1,600 bilhão, ágio de 267.668,20%. O maior valor e outorga foi o critério para escolher o vencedor.



Eduardo Camargo, CEO da CCR Rodovias, disse após a vitória que o ativo era estratégico para a empresa. A CCR tinha a concessão de parte dessas estradas desde 2005 e é o primeiro que a empresa vence depois da Nova Dutra em 2021.

— Espero que este seja o primeiro de muitos que venhã. Estamos comprometidos com o estado de São Paulo. Esse ativo vai trazer muitos benefícios para a sociedade e estamos muito motivados para fazer as entregas — disse Camargo antes de bater o martelo.

Ao bater o Martelo com força (característica que já ficou marcada nos leilões feitos pelo governo de São Paulo), Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, disse que a "força traz energia positiva para ter sucesso nos próximos leilões".

Ele disse que o leilão atraiu a 'nata' das concessionárias de rodovias, o que trouxe 'altíssimo nível' para a disputa. O governador afirmou que isso demonstra a confiança que as empresas têm no governo de São Paulo.

— Estou mais uma vez aqui e fico feliz de ter um leilão de altíssimo nível. Estamos com a nata das concessionárias, sinal de confiança no governo. Isso mostra que o estado de São Paulo está na direção certa — afirmou o governador.

Concessão inclui 12 rodovias

A concessão inclui 12 rodovias, incluindo a Castelo Branco (SP-280) e a Raposo Tavares (SP-270), e o investimento será de R\$ 8,7 bilhões. São 30 anos de concessão, que preveem duplicação de trechos, faixas adicionais, ciclovias e construção de acessos, beneficiando 17 cidades.

Também serão implantados pedágios "free-flow" (sistema de cobrança eletrônica) no lugar das tradicionais praças, o que permitirá descontos progressivos aos motoristas. Segundo informações do governo de São Paulo, a queda nas tarifas nas cinco praças da Rota Sorocabana será de 21,5% a 22,6% — isso representa um desconto de entre R\$ 1,13 a R\$ 3,40.

Além disso, haverá um desconto de 5% para quem utiliza a tag (dispositivo para pagamento automático) para passar nos pórticos. Os trechos também contarão com o Desconto de Usuário Frequente (DUF), sendo 10% para os motoristas que passam mais de 11 vezes no mês e de 20% para quem passa mais de 21 vezes.

O contrato de concessão também determina que a concessionária seja responsável por monitorar eventos climáticos extremos, e elaborar um plano de ação para mitigar riscos.

O projeto da Rota Sorocabana faz parte dos 1.800 km de rodovias qualificadas no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). Ela está incluída na maratona de leilões que o governo de São Paulo está realizando esta semana (escolas, rodovias e loterias), que devem contratar investimentos de R\$ 19,1 bilhões nos próximos anos.

CCR participou de leilões recentes, mas perdeu

Segundo Paulo Henrique Dantas, especializado em infraestrutura, sócio do escritório Castro Barros Advogados, com a vitória a CCR consolida seus ativos e, como tem escolhido com cuidado os leilões que participa, teve fôlego para ser bem competitivo. Ele lembra que houve a inclusão de trechos que eram operados pelo DER e que agora fazem parte da concessão.

— Isso consolida a posição do governo do estado de São Paulo de conceder o maior número de estradas estaduais possíveis — avalia o advogado.

A CCR tinha participado de leilões de concessão de estradas recentes, mas ofereceu propostas mais baixas que os concorrentes e não teve sucesso. No leilão da Rota dos Cristais (entre Belo Horizonte a Cristalina, em Goiás), a concessionária ofereceu desconto de 1,75% sobre a tarifa básica de pedágio, o menor valor entre as empresas que disputaram o ativo. O grupo francês Vinci venceu com desconto de 14,32% sobre a tarifa.

Em abril, na relicitação da BR-040, a CCR ofertou um desconto de 1% na tarifa básica de pedágio e perdeu para o consórcio EPR (da Equipav e Perfin), que fez uma oferta de 11,21% de desconto.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/10/2024

CÂMARA CONCLUI SEGUNDO PROJETO QUE REGULAMENTA REFORMA TRIBUTÁRIA, APÓS ACORDO RETIRAR ITCMD SOBRE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Deputados fecharam acordo com alterações em projeto que retira cobrança do imposto sobre herança

Por Geralda Doca e Manoel Ventura — Brasília



Câmara dos Deputados vota mais um projeto da Reforma Tributária — Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados concluiu, nesta quarta-feira, a votação do segundo projeto de regulamentação da Reforma Tributária. O texto já havia sido aprovado em agosto, mas os parlamentares ainda precisavam concluir a votação antes de ele seguir para o Senado.

A proposta trata das regras de administração do comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) a ser arrecadado por estados e municípios. O primeiro projeto de regulamentação já havia sido aprovado na Casa e está no Senado.

A votação ocorreu após acordo fechado nesta terça para retirar do texto controversa cobrança de ITCMD (que é um imposto estadual) sobre herança de previdência privada do tipo VGBL. Isso foi feito por meio de uma emenda aprovada por 403 votos a favor e nenhum contra.

A saída da tributação do VGBL de herança é uma derrota dos governadores, que pediram a inclusão da medida. Atualmente, alguns estados já cobram ITCMD sobre planos de previdência privada no momento da transferência para herdeiros. Mas não há uma regra uniforme, e isso é alvo de disputas na Justiça.

Home office federal: Governo tem 16% dos servidores em trabalho remoto, que terá novas regras. Por isso, os estados queriam estabelecer um padrão para a cobrança desse imposto. A ideia é evitar que a Previdência complementar seja usada como planejamento sucessório.

O projeto, o segundo de regulamentação da reforma, estava parado na Câmara porque os senadores indicavam que não iriam votar a primeira etapa da regulamentação, com as regras de funcionamento do novo sistema, ainda neste ano. O Senado, porém, divulgou calendário com previsão de aprovar o texto em novembro.

Outra mudança feita é para que empresas que contratarem empresários autônomos que prestarem serviços não sejam responsáveis pelo pagamento dos impostos se eles não recolherem o que for devido. Isso era previsto no texto original.

Além disso, foi excluída a previsão de cobrança de ITCMD na distribuição desproporcional de lucros entre os sócios das empresas e a proibição para empresas do mesmo grupo econômico transferirem os créditos de ICMS ou do futuro Imposto sobre Serviços (IBS) entre si.

Grandes fortunas

Um destaque do PSOL que previa a criação de um Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) foi rejeitado. A realização de uma avaliação, a cada cinco anos, sobre os produtos e serviços com taxaço reduzida, para que se debata sobre a eficiência desse gasto tributário, foi mantida no texto.

Porém houve acordo, e o PL vai retirar uma emenda contra alteração na forma de cobrança do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), de competência municipal. O texto aprovado estabelece que a referência para cobrança do imposto será o valor venal do imóvel ou um valor de transferência, o que for maior.

Hoje, é o valor venal. Assim, o projeto permite uma cobrança sobre uma tabela de preços, e não sobre o valor da venda em si.

Comitê Gestor

O texto também define como será o funcionamento do Comitê Gestor do IBS, tributo que será a junção do ICMS (estadual) e do ISS (municipal). A reforma também cria a CBS, reunindo os impostos federais sobre o consumo.

O comitê será responsável por administrar e fiscalizar o imposto de estados e municípios — uma espécie de Receita Federal de entes subnacionais. O texto cria um processo administrativo sobre a cobrança do imposto, uma espécie de novo Carf (que funciona como um tribunal da Receita), formado por três instâncias de decisão.

Contribuintes poderão participar da última instância de decisão do Comitê Gestor e nas demais etapas do processo administrativo. A participação dos contribuintes deve ocorrer por meio de federações e associações de setores empresariais. A versão enviada pelo governo determinava que apenas auditores fiscais fariam parte da última instância.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 30/10/2024

BNDES VAI FINANCIAR PROJETOS DE SANEAMENTO E MOBILIDADE COM ATÉ R\$ 12 BI DO FGTS

Banco obteve aval da Caixa para se tornar agente financeiro do fundo de garantia
Por Rennan Setti



BNDES também tem uma área que estrutura modelos de concessão em saneamento — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo

O BNDES vai usar até R\$ 12 bilhões do FGTS para financiar projetos de saneamento ambiental e mobilidade urbana. As operações serão viabilizadas após o banco de fomento receber autorização da Caixa, operadora do fundo de garantia, para atuar como agente financeiro do FGTS.

Os presidentes dos dois bancos assinam o acordo na tarde desta quarta-feira, em Brasília.

O BNDES terá crédito de até R\$ 6 bilhões para financiar obras nas modalidades do programa Saneamento para Todos, e o mesmo valor limite de crédito foi autorizado pela Caixa para projetos do programa Pró-Transporte.

De acordo com o BNDES, a concessão do crédito será realizada ainda este ano, e as operações financiadas serão selecionadas pelo Ministério das Cidades.

Em nota, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou que o acordo “marca um novo patamar na relação entre BNDES e Caixa.”

“Juntos, vamos contribuir ainda mais para as políticas públicas de saneamento e mobilidade urbana, atuando pelo desenvolvimento sustentável do país”, disse Mercadante.

Os bancos também estão assinando um protocolo de intenções para fortalecer programas do governo — como o Nova Indústria Brasil (NIB), o Novo PAC e o Plano de Transformação Ecológica (PTE) — e para ampliar o crédito a agricultores familiares, MEIs e micro, pequenas e médias empresas. Entre os focos principais, segundo os bancos, estão o Nordeste e a Amazônia.

“A parceria reúne a expertise dos dois bancos públicos nos campos de habitação popular, mobilidade urbana e saneamento, em prol da população que mais necessita”, afirmou o presidente da Caixa, Carlos Vieira, em comunicado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/10/2024

TCU APROVA ACORDO PARA NOVO LEILÃO DO TRECHO DA BR-101 ENTRE A PONTE RIO-NITERÓI E O ESPÍRITO SANTO

Medida prevê R\$ 6 bilhões em investimentos em várias obras, como no contorno de Itaboraí e Campos

Por Geralda Doca — Brasília



Trecho da Arteris Fluminense — Foto: Arteris Fluminense

O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou, nesta quarta-feira, o governo federal a fazer um novo leilão da Autopista Fluminense, que é o trecho da BR 101/RJ entre as saídas da Ponte Rio-Niterói e a divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O trecho de 320,1 quilômetros é operado atualmente pelo grupo Arteris, mas a concessão iniciada em 2008, por um período de 25 anos, enfrentou uma série de problemas que tornaram o contrato inviável economicamente.

Batizada de "otimização de contratos", a alternativa proposta pelos técnicos do TCU prevê reprogramação dos investimentos e ampliação do contrato de concessão por 14 anos. Ou seja, somados os nove anos restantes, o prazo do novo contrato será de 22 anos.

O investimento está estimado em R\$ 6,05 bilhões em várias obras, como duplicação de vias e faixas adicionais, sendo que algumas intervenções são consideradas fundamentais, no contorno de Itaboraí e Campos.

O processo passou pela Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso), criada pelo TCU para resolver problemas das concessões antigas.

Devolução amigável

Como houve acordo entre as partes, a atual concessionária poderá participar do novo certame. Para isso, terá que pagar multas pelos investimentos não realizados e abrir mão de ações contra a União.

Em contrapartida, se o ativo for arrematado por outra empresa, a concessionária atual terá direito a indenização de R\$ 700 milhões na troca da operação da via. Se permanecer, o valor será amortizado ao longo do contrato.

O processo partiu da decisão da concessionária de devolver o ativo para a União de forma amigável para ser relicitado. Mas é diferente do modelo tradicional porque permite retomada mais rápida dos investimentos.

Na relicitação, isso levaria, no mínimo, três anos, considerando as etapas da licitação, início da concessão por novo operador e elaboração de novos projetos.

Com o caminho de otimização, as melhorias podem começar em até 30 dias após a batida do martelo.

Essa é a segunda concessão rodoviária julgada pelo TCU, dentro de uma lista encaminhada pelo Ministério dos Transportes. A primeira foi a ECO 101, no trecho entre Espírito Santo e Bahia, operado pela EcoRodovias, desde 2013. Com a solução costurada pelo TCU, a rodovia deverá receber investimentos de R\$ 7,18 bilhões.

O presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, destacou que a Corte consolida com a decisão o princípio do consensualismo, considerando fatores como legalidade e eficiência nos contratos com o setor privado.

— O que o TCU está logrando é fazer inaugurar um novo direito administrativo no Brasil — disse Dantas.

Em 2019, a Autopista Fluminense declarou inviabilidade financeira para a continuidade do contrato e pediu saída antecipada da concessão, por meio de relicitação.

A empresa afirma que a crise econômica de 2014 gerou queda expressiva na demanda de circulação de veículos, elevação das taxas de juros e disparou o preço do petróleo o que impactou a concessão. Alega ainda dificuldades na obtenção de licença ambiental para fazer os investimentos.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 30/10/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

RUI COSTA: LULA VAI FAZER OS AJUSTES NECESSÁRIOS PARA ENQUADRAR DESPESAS NA REGRA FISCAL

Declaração do ministro da Casa Civil vem no momento em que o Ministério da Fazenda prepara um pacote de corte de gastos

Por Caio Spechoto (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta quarta-feira, 30, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará ajustes para cumprir o arcabouço fiscal. A declaração vem no momento em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prepara um pacote de corte de gastos do governo federal.

“Quem apostar contra o Brasil vai perder, o presidente Lula vai fazer os ajustes necessários para manter o crescimento do País, assegurar investimentos e cumprir o arcabouço fiscal, enquadrando as despesas dentro das regras da meta fiscal”, disse Costa em seu perfil no X, antigo Twitter.



O ministro Rui Costa (E) e o presidente Lula Foto: Wilton Junior/Estadão

A fala de Rui Costa é importante porque a Casa Civil é responsável por manter os programas do governo funcionando, o que demanda dinheiro. É comum essa atribuição se chocar com a função do Ministério da Fazenda, de manter as contas públicas em ordem.

Na terça-feira, o Estadão/Broadcast mostrou que Haddad tem feito movimentos para blindar o pacote de cortes, e que Rui Costa demonstrava estar aberto a discutir a redução de despesas. O governo receia que o aumento dos juros futuros, impulsionado por

dúvidas sobre a política fiscal, neutralize os efeitos dos programas sociais e fomento ao crédito do Executivo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/10/2024

COMO A CHINA DOMINOU UM SETOR SEM LEI E GANHOU INFLUÊNCIA GLOBAL

Empresas controladas pelo Estado agora administram um setor que já foi conhecido por seus poços de ácido, resíduos radioativos e contrabandistas

Por Keith Bradsher (The New York Times)

Em 2010, poucos setores eram tão sem lei e, ainda assim, tão importantes para a economia global quanto a produção da China de minerais raros (ingredientes cruciais das tecnologias mais avançadas de hoje).

As remessas de terras raras eram frequentemente trocadas por sacos de moeda chinesa: a regra geral era que um metro cúbico de notas de 100 renminbi bem embaladas valia US\$ 350 mil (R\$ 2 milhões). Em um depósito em Guangzhou, próximo a Hong Kong, o ácido era usado ilegalmente para extrair terras raras, e o resíduo, levemente radioativo, era despejado no esgoto municipal. A quadrilha que operava o depósito trazia compradores estrangeiros em porta-malas de carros para manter sua localização em segredo.

Mas, desde então, a repressão das forças policiais chinesas e a consolidação do setor pelo governo permitiram que a China assumisse o controle sobre o suprimento de minerais do país e reduzisse seus excessos.

“Já se foi a mentalidade do Oeste Selvagem, onde o meio ambiente era pouco valorizado - agora ele é muito mais controlado”, disse David Abraham, consultor do setor de terras raras.



O escoamento desses poços ácidos em uma mina abandonada de terras raras no vilarejo de Guyun, no sul da China, envenenou um vale de campos de arroz que já foi exuberante Foto: Thomas Lee/NYT

Os custos ambientais da mineração e do refino não regulamentados foram altos por muitos anos. No sul da China, encostas arborizadas e campos de arroz esmeralda foram transformados em extensões de lama tóxica, pois os sindicatos do crime chinês contrataram trabalhadores para escavar minério e processá-lo em poços ácidos sem revestimento.

No norte da China, a água subterrânea misturada com os resíduos radioativos do setor começou a vazar em direção ao Rio Amarelo. Milhares de quilômetros quadrados de pastagens foram fechados pela contaminação por poeira radioativa das refinarias, que foi responsabilizada pela morte de milhares de cabras.

Os sindicatos de metais chineses desenvolveram uma reputação internacional de assassinatos. Em uma noite de 2000, bandidos invadiram o escritório de uma empresa de comércio de metais raros de Hong Kong e mataram o gerente geral, cortando sua garganta com um alicate de corte. A polícia rastreou os supostos criminosos até o distrito de mineração de terras raras da província vizinha de Guangdong, na China, onde a polícia perdeu o rastro.

A partir de 2006, Pequim reduziu gradualmente a quantidade de terras raras que poderiam ser exportadas legalmente. A medida foi tomada por motivos ambientais - acadêmicos importantes estavam alertando sobre a poluição do setor - e para afirmar o controle sobre um componente importante nas cadeias de suprimentos das multinacionais.

Mas os limites de exportação provocaram escassez e um frenesi especulativo. Os preços de alguns dos 17 metais de terras raras diferentes subiram quase trinta vezes.

Centenas de minas ilegais foram escavadas. Os contrabandistas fundiam as terras raras para exportar aço e, em seguida, fundiam o aço novamente no exterior para recuperar as terras raras. Uma repressão policial inicial em 2010 teve poucos resultados duradouros.

Visitei uma das minas, então abandonada, na província de Guangdong em 2009, com outros jornalistas do The New York Times. Era uma cicatriz de argila marrom-avermelhada, deixando estéril uma grande faixa de um vale cheio de campos de arroz exuberantes.

Um ano mais tarde, quando entramos em outra mina ilegal que o governo de Guangdong havia descrito como fechada, fomos confrontados por bandidos que ameaçaram “nos esquartejar como animais em um matadouro”. Quatro carros perseguiram nosso táxi pelos campos até a entrada da rodovia mais próxima.

Wen Jiabao, na época o primeiro-ministro da China e geólogo por formação que fez mestrado em terras raras, ordenou uma campanha nacional sete semanas depois por todas as agências de segurança chinesas para acabar com os sindicatos do crime de terras raras. Seguiram-se batidas, prisões e processos. Policiais destruíram publicamente equipamentos de mineração ilegal. O governo nacional assumiu o controle de 11 distritos de mineração de terras raras de autoridades locais, muitas vezes corruptas.

Ainda assim, o progresso no controle do setor foi lento. “A mineração excessiva de terras raras resultou em deslizamentos de terra, rios entupidos, emergências de poluição ambiental e até mesmo grandes acidentes e desastres, causando danos à segurança e à saúde das pessoas e ao ambiente ecológico”, disse o gabinete da China em um documento de política em junho de 2012.

Wen ordenou que dezenas de empresas licenciadas fossem consolidadas em seis empresas controladas pelo governo, muitas vezes com pouco ou nenhum pagamento aos proprietários.

Michael Silver, executivo-chefe da American Elements, uma empresa com sede em Los Angeles que fabrica ou distribui mais de 38 mil produtos químicos, disse que uma joint venture de terras raras na qual sua empresa detinha uma participação foi expropriada sem indenização em 2012.



As refinarias de terras raras despejaram efluentes radioativos nesses lodaçais em Baotou, na China, contaminando o lençol freático abaixo deles Foto: Doug Kanter/NYT

As verificações alfandegárias sobre as exportações de metais desestimularam o contrabando de terras raras para fora da China nos últimos anos. O fim de uma bolha especulativa no mercado significou preços mais baixos e tornou as minas ilegais menos remuneradoras.

No entanto, grande parte da mineração ambientalmente destrutiva de uma terra rara em particular - o disprósio para chips de computador e ímãs avançados - supostamente se deslocou alguns quilômetros através da fronteira sul da China para áreas sem lei no extremo norte de Mianmar. O minério é então trazido para a China para ser refinado.

Desde então, as seis empresas controladas pelo Estado foram reduzidas a três. Beneficiando-se do apoio consistente do governo, elas têm inundado periodicamente os mercados mundiais com terras raras para reduzir o preço sempre que os produtores ocidentais tentam aumentar a produção.

“Eles farão tudo o que for necessário, desde taxas de juros baixas até a concessão de terrenos”, disse Silver. “Eles sempre controlarão o fornecimento de terras raras.”

Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. Saiba mais em nossa Política de IA.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/10/2024

NOVA REGULÇÃO DO GÁS PÕE MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA EM CHOQUE COM FAZENDA E CASA CIVIL

Medidas propostas podem trazer impacto negativo para a arrecadação; procurados, o Ministério da Fazenda disse que não se manifestaria, e o MME, a Casa Civil e a ANP não responderam
Por Giordanna Neves (Broadcast), Renan Monteiro (Broadcast) e Gabriel Hirabahasi (Broadcast)

Brasília, 29/10/2024 - O Ministério de Minas e Energia (MME) criou um impasse com o Ministério da Fazenda e a Casa Civil — além da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) — ao defender uma nova regulação para o setor de gás natural no projeto de lei que cria o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), segundo apurou o Estadão/Broadcast. As medidas, como a redução de 5% para 2% na distribuição mínima de royalties, podem trazer impacto negativo para a arrecadação da União.

Procurado, o Ministério da Fazenda disse que não se manifesta sobre projetos em tramitação. O MME, a Casa Civil e a ANP não responderam até a publicação da reportagem.

O projeto de lei do Paten, aprovado na Câmara, cria uma espécie de “fundo verde”, com aval do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que será abastecido com precatórios e créditos tributários de impostos que as empresas têm para receber da União. Os recursos serão usados para financiar o avanço da sustentabilidade no País, como alternativa aos subsídios e incentivos fiscais. Na prática, o fundo deve permitir taxas de juros mais baixas para programas sustentáveis.

O relator no Senado, Laércio Oliveira (PP-PE), incluiu no texto um capítulo intitulado “medidas para fomentar o mercado de gás natural”, estabelecendo uma nova regulação para o setor, além de benefícios tributários e alteração nas regras envolvendo royalties que podem reduzir as receitas da União. O documento não informa, no entanto, a estimativa de impacto fiscal aos cofres públicos.

O Estadão/Broadcast apurou que o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, está atuando diretamente para manter as medidas no texto. Por outro lado, a Fazenda e a Casa Civil, com a ANP, defendem a supressão de todo o capítulo referente ao mercado de gás natural. Sem uma resolução entre as pastas sobre a posição final do governo, a decisão deve ser definida pelos próprios senadores.



Conforme apurou o 'Estadão/Broadcast', o ministro Alexandre Silveira está atuando diretamente para manter as novas medidas de regulação do gás Foto: Ricardo Botelho/MME

Uma das emendas estabelece que a ANP poderá prever a redução do valor dos royalties de gás natural, pagos mensalmente, para um montante correspondente ao mínimo de 2% da produção prevista em edital de licitação. Se aprovada, será uma mudança na lei nº 9.478, de 1997, podendo diminuir essa compensação financeira devida à União, aos Estados e

municípios.

Hoje, a ANP pode prever a redução do valor dos royalties para o mínimo de 5% da produção. Segundo um técnico do setor privado ouvido pelo Estadão/Broadcast, na prática, a mudança do mínimo de 5% para 2% tende a incentivar a produção e a oferta de gás natural, mas gera efeito negativo na arrecadação.



Outras mudanças na regulação do gás

Outra alteração prevista no texto — também com possível impacto na receita do governo com setor de gás natural — é uma ampliação do escopo para deduzir custos na chamada “participação especial”. Esse pagamento ocorre nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade do setor.

A participação especial é aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos, por exemplo, os royalties pagos, custos operacionais e a depreciação. O relatório do projeto de lei do Paten considera também para fins de dedutibilidade no setor de gás natural os gastos das atividades de escoamento, tratamento, processamento, liquefação e regaseificação.

A conversão em gás natural liquefeito (GNL) tem custos elevados. Ela é feita, por exemplo, para possibilitar o transporte via navio. Já a chamada regaseificação converte o GNL para o estado gasoso - o que também é apontado como fator de encarecimento do produto.

O ponto atende a demanda do setor, ao considerar esses gastos para fins de abatimento. Também sobre os critérios para reduzir o pagamento da participação especial, a proposta no relatório traz os investimentos em produção e exploração. Atualmente, a lei em vigor só abarca os investimentos em exploração.

No radar, também o pré-sal

Um advogado especialista no setor reconhece que este seria outro ponto com potencial de reduzir a arrecadação da União, mas pondera que o principal ganho de receita governamental nesse mercado é com o óleo, e não com o gás natural. Em paralelo, está sendo proposta uma mudança na lei sobre a exploração e a produção de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal.

Outra mudança vai em linha com o decreto publicado pelo governo no fim de agosto com a justificativa de reduzir o preço do gás natural no País. O decreto traz novas regras para as etapas de escoamento e tratamento do gás — ampliando a regulação via ANP.

No projeto de lei do Paten foi incluída uma emenda que abre a possibilidade de uma empresa ou um consórcio de empresas não produtores de gás natural terem a autorização da agência reguladora para construir e operar unidades de liquefação e regaseificação de gás natural no País. Essas empresas também poderão receber autorização para construir e operar gasodutos de transferência e de escoamento da produção.

A Fazenda e a Casa Civil também se posicionaram contrários à ampliação no escopo de beneficiários do próprio Paten, abrindo divergência com o MME. O relator do Senado previu no novo texto, por exemplo, que o gás natural “aplicado em substituição de fontes de maior emissão de gases do efeito estufa”, a geração de energia nuclear e a produção de amônia e derivados também seriam atendidos pelo novo programa.

A Comissão de Infraestrutura não tem nenhuma sessão prevista para esta semana. O relator do projeto leu seu parecer e foi concedido prazo de vista, o que significa que a proposta pode ser votada a partir da próxima sessão, ainda sem data agendada.

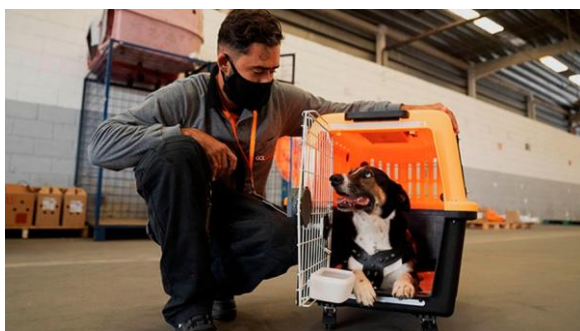
Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/10/2024

VALOR ECONÔMICO (SP)

AÉREAS ASSINAM CÓDIGO DE CONDUTA SOBRE TRANSPORTE DE PETS; VEJA PRINCIPAIS PONTOS

No mesmo evento o governo lançou o Plano de Melhoria do Transporte Aéreo de Animais, o “Pata”
Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



Cachorro em caixa de transporte para animais do serviço GOLLOG Animais, da Gol — Foto: Reprodução/GOLLOG Animais

As companhias aéreas brasileiras assinaram, nesta quarta-feira (30), um código de conduta para melhorar as condições do transporte de animais (cães e gatos) em voos domésticos e internacionais. A adequação às novas regras deverá ocorrer em até 30 dias. No mesmo evento o governo lançou o Plano de Melhoria do Transporte Aéreo de Animais, o “Pata”.

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o Brasil transporta mais de 80 mil animais por ano, sendo que cerca de 6 mil ainda percorrem o trajeto dentro dos porões das aeronaves.

Tanto a norma preparada pelo governo quanto o documento assinado pelas companhias padronizam as diretrizes de transporte de pets na aviação comercial brasileira. A iniciativa foi adotada após forte comoção pela morte do Joca, cachorro que não suportou a longa viagem em avião da Gol, em abril. O animal viajou por cerca de oito horas, em voo que partiu para o destino errado.

O código de conduta contou com a adesão voluntária das empresas aéreas. O documento reúne o conjunto de procedimentos da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês). Com a decisão, as companhias se comprometem a seguir padrões internacionais para o transporte seguro e adequado dos pets.

Veja os principais pontos:

A regras definem que o transporte de cães e gatos é um serviço facultativo e remunerado oferecido pelas empresas aéreas. Além disso, as condições de atendimento dos animais estarão limitadas às políticas e às restrições de cada empresa aérea.

A viagem do cão ou do gato dentro do avião (na cabine), acompanhando o passageiro, é considerado um contrato ou serviço “acessório” ao do transporte aéreo de passageiro contratado no ato de compra do bilhete de passagem. Este tratamento estará especificado na política de transporte de animais da companhia.

O transporte do animal como bagagem despachada no compartimento inferior do avião (no porão) também é considerado um contrato ou serviço “acessório”. O porão da aeronave, no entanto, deve estar preparado para transporte de seres vivos.

Ao optar por fazer o transporte do pet na cabine, o tutor ou passageiro responsável assume a responsabilidade pelo manuseio e bem estar do animal.

Regras para tutores e empresas:



- Ao se enquadrar nas diretrizes definidas pelas boas práticas internacionais, as empresas devem assegurar o bem-estar dos cães e gatos durante todo o processo;
- Devem informar claramente os passageiros sobre os requisitos para transporte de cães e gatos, além de manter equipe responsável pelo recebimento, manuseio e transporte de animais treinada para lidar com o transporte de cães e gatos no compartimento inferior;
- Precisam garantir que os tutores ou passageiros responsáveis sejam orientados quanto ao tipo de caixa de transporte adequado ao tamanho e à espécie do animal a ser transportado;
- Se o tutor ou passageiro responsável pelo pet não cumprir as orientações de embarque, a companhia aérea poderá rejeitar o transporte do animal;
- Isso poderá ocorrer se for identificado que a caixa escolhida para acomodar o animal não é adequada para garantir a segurança e o bem-estar do animal;
- As companhias aéreas poderão estabelecer restrições para o transporte do animal. Parte delas pode estar relacionada às características do animal (peso e idade) ou quantidade de pets transportados em um mesmo voo;
- Também poderão ser exigidos documentos relacionados à vacinação e às condições do animal no momento da viagem.
- O código de conduta indica que os animais de “assistência emocional” não se equiparam aos cães de serviço e cães-guia, com condições de atendimento previstas na legislação (Lei 11.126/2005);
- Ressalta que essa especificação se dá pela ausência dos treinamentos específicos aplicados aos animais domésticos, que devem ser submetidos integralmente às regras e limitações operacionais previstas por cada companhia aérea;
- No caso das modalidades de transporte em compartimento inferior, as empresas deverão preparar um plano de contingência para situações de emergência;
- A estratégia deve incluir o cadastro de referência de serviços veterinários para garantir o rápido atendimento, podendo ocorrer de forma virtual ou presencial a depender do caso;
- O plano também deve conter diretrizes claras para a comunicação com o tutor ou responsável;
- Em caso de incidentes com cães e gatos, as empresas aéreas se comprometeram a informar à agência reguladora (Anac) um plano de adequação de conformidade detalhado com medidas corretivas, visando mitigar os fatores que causaram a ocorrência e prevenir futuros eventos semelhantes; – Isso deverá ser feito em até 45 dias a contar da data do encerramento da apuração e análise dos fatos;
- Como signatárias do código de conduta, as companhias aéreas vão produzir e divulgar um Guia de Boas Práticas para orientar os tutores ou responsáveis sobre os cuidados e procedimentos a serem seguidos antes do transporte aéreo;
- Também vão manter canais de atendimento para prestar orientação aos passageiros.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/10/2024

CHINA DIZ NÃO ACEITAR NOVA TAXAÇÃO SOBRE CARROS ELÉTRICOS E PEDE MAIOR DIÁLOGO COM A UE

As tarifas, que variam de 8% a 35,3%, entraram em vigor ontem e terão duração de cinco anos
Por Dow Jones — Tóquio



Navio da montadora chinesa BYD atraca no Porto de Suape, em Pernambuco, com 5 mil carros, na segunda-feira (27 de maio de 2024) — Foto: Reprodução

A China disse hoje que não aceitará novas tarifas sobre veículos elétricos produzidos no país exportados para a União Europeia (UE) e pediu por maior diálogo com o bloco europeu. A declaração aconteceu um dia após a UE ter emitido uma diretiva final sobre as novas tarifas.

As tarifas, que variam de 8% a 35,3%, entraram em vigor ontem e terão duração de cinco anos, a menos que uma revisão do novo regime seja iniciada, segundo a UE no Diário Oficial. Um comunicado de imprensa que acompanhou a publicação descreveu a medida como uma proteção para o grupo de 27 países contra o "rápido aumento das exportações de veículos elétricos de baixo custo" da China.

"A China não reconhece nem aceita a decisão e entrou com uma ação de solução de controvérsias na Organização Mundial do Comércio", afirmou o Ministério do Comércio da China em comunicado. O governo também prometeu fazer os "maiores esforços possíveis" para resolver a questão por meio de novas negociações, enquanto toma "todas as medidas necessárias" para proteger os interesses das empresas chinesas.

Explicando as tarifas, Valdis Dombrovskis, comissário europeu de comércio, disse que, embora a UE acolha a concorrência, esta deve ser sustentada pela justiça e por um campo de atuação equilibrado.

A UE disse que continua aberta a negociar com exportadores individuais enquanto Bruxelas e Pequim "buscam alternativas", sem dar mais detalhes.

Ambos os lados realizaram várias rodadas de reuniões desde que a UE anunciou as tarifas provisórias em junho. Pequim respondeu às medidas iniciando investigação sobre as exportações da UE de conhaque, laticínios e produtos suínos para a China.

A diretiva da UE foi emitida após os Estados-membros realizarem uma votação neste mês, na qual 10 países apoiaram as tarifas, cinco – incluindo a Alemanha – se opuseram, enquanto 12 nações se abstiveram. Como maior economia da Europa, a Alemanha é a maior produtora de automóveis da região, e algumas de suas principais montadoras – incluindo a Volkswagen – firmaram parcerias com empresas locais na China e criticaram a decisão.

É um "retrocesso para o comércio global livre, a prosperidade, a preservação de empregos e o crescimento na Europa", escreveu Hildegard Mueller, presidente da Associação da Indústria Automobilística VDA. Ela afirmou que "o risco de um conflito comercial de grande alcance aumenta" com a medida da Comissão Europeia, contra a qual a Alemanha votou no início de outubro.

A indústria automotiva, que contribui com cerca de 5% para a economia alemã, vem enfrentando uma demanda fraca na Europa e na China. A Volkswagen relatou na quarta-feira que seu lucro caiu 64% no terceiro trimestre encerrado em setembro. A empresa já havia anunciado planos para fechar três fábricas na Alemanha pela primeira vez em seus 87 anos de história e cortar milhares de empregos.

As tarifas sobre veículos elétricos da China representam um golpe para as montadoras alemãs. Para a Volkswagen, sua parceira chinesa na joint venture, a SAIC, enfrenta tarifas de importação da UE de 35,3%, além da tarifa padrão de 10% sobre importação de automóveis do bloco.

Sob a nova regra da Comissão Europeia, a BYD da China, que rapidamente se destaca como a principal concorrente da Volkswagen no mercado chinês, terá uma vantagem sobre a SAIC, pois

enfrentará apenas uma tarifa de importação de 17%. A BYD também estará em melhor situação do que a parceira da joint venture da Mercedes-Benz, a Geely Holding, que foi sujeita a uma tarifa adicional de 18,8%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/10/2024

GOVERNO SE UNE AO PORTO DIGITAL PARA CRIAR LABORATÓRIO DE IA VOLTADO PARA GESTÃO PÚBLICA

A aliança — firmada por meio da Escola Nacional de Administração Pública — conta com investimento inicial de R\$ 8 milhões. A expectativa é captar outros R\$ 21,7 milhões até 2029

Por Natália Flach, Valor — São Paulo



A expectativa é que o laboratório desenvolva cerca de 50 projetos de IA nos próximos cinco anos — Foto: Andréa Rêgo Barros/Foto: Andréa Rêgo Barros

O governo federal anunciou, nesta quarta-feira (30), um acordo com o distrito de inovação Porto Digital para desenvolver projetos de inteligência artificial (IA) ligados à gestão pública. A aliança — firmada por meio da Escola Nacional de Administração Pública — conta com investimento inicial de R\$ 8 milhões. O recurso será usado para criar o

Laboratório de Inovação de IA (LIIA). A informação foi antecipada ao Valor.

A expectativa é captar outros R\$ 21,7 milhões até 2029, por meio de parcerias público-privadas, para desenvolver cerca de 50 projetos de IA nos próximos cinco anos.

“Será necessário contratar pessoas para captação de recursos, gerentes de projetos, especialistas em tecnologia, além de pesquisadores da universidade para fazer parte dessa equipe multidisciplinar”, afirma o presidente do Porto Digital, Pierre Lucena, ao Valor.

O laboratório vai atuar nas seguintes frentes: prospecção e execução de projetos; aceleração e incubação de soluções; promoção de cultura, conhecimento e comunidade de IA no governo. Para isso, vai oferecer plataformas de IA e ‘sandboxes’ regulatórios, que permitem fazer testes seguros e controlados. “Vamos fazer também um mapeamento dos desafios do governo para que eles sejam colocados dentro do laboratório”, acrescenta Lucena.

A parceria surge no contexto do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), estratégia para transformar o país em referência mundial em inovação e eficiência no uso da IA, especialmente no setor público. Já a assinatura do termo ocorre em meio à 10ª Semana Nacional de Inovação, que começou na terça (29) e segue até quinta-feira (31), em Brasília.

A iniciativa também conta com apoio da Dataprev, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e o Ministério da Gestão e Inovação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/10/2024

BIDEN ANUNCIA US\$ 3 BILHÕES PARA PORTOS DOS EUA

O aporte vem após uma greve de 3 dias nos portos da Costa Leste e da Costa do Golfo, ocorrida no início de outubro, que interrompeu temporariamente o fluxo de cerca de metade do transporte marítimo do país

Por Nayara Figueiredo, Valor — Chicago (EUA)

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou nesta terça-feira (29) um investimento de US\$ 3 bilhões para melhorar a infraestrutura portuária do país e criar empregos no setor. O anúncio foi feito durante uma visita de Biden ao Porto de Baltimore, no Estado de Maryland.



Containers são realocados, no Porto de Baltimore — Foto: Patrick Semansky/AP

O aporte vem após recentes conflitos no setor. Uma greve de três dias nos portos da Costa Leste dos EUA e da Costa do Golfo, ocorrida no início deste mês, interrompeu temporariamente o fluxo de cerca de metade do transporte marítimo do país. A paralisação foi a primeira em quase 50 anos.

De acordo com informações da Casa Branca, os novos subsídios fazem parte da Lei de Redução da Inflação e serão destinados a 27 Estados e territórios, incluindo US\$ 147 milhões para a Administração Portuária de Maryland.

Leia também: Dirigentes do PDT avaliam expulsão de **Ciro Gomes Campos Neto** defende sinalização de choque fiscal positivo no país

“Este financiamento protegerá e criará empregos bem remunerados e sindicalizados e melhores condições de trabalho ao atualizar as operações e a infraestrutura portuárias para equipamentos mais limpos, ao mesmo tempo em que garante ar mais limpo para os trabalhadores portuários e comunidades próximas”, afirmou a Casa Branca, em comunicado.

Programa Clean Ports

O objetivo é que o programa Clean Ports apoie cerca de 40 mil empregos e aumente a demanda por equipamentos elétricos de movimentação de carga, fabricados nos Estados Unidos, em pelo menos seis vezes durante a vigência do programa.

O governo federal reconheceu que, embora sejam fundamentais, os portos americanos também são uma grande fonte de poluição para os trabalhadores e comunidades vizinhas às infraestruturas.

“Comunidades que vivem perto de portos e outros corredores de transporte são expostas à poluição tóxica que pode causar danos respiratórios e cardiovasculares, especialmente em crianças”, admitiu.

Por isso, o programa Clean Ports visa a mudança nas instalações para estruturas que permitam a melhora na qualidade do ar nos portos de todo o país, com tecnologias de emissão zero de carbono. A meta é eliminar mais de 3 milhões de toneladas métricas de carbono nos primeiros dez anos de implementação, o equivalente ao uso de energia de 391.220 residências por um ano.

“Os fundos anunciados hoje apoiarão a compra de equipamentos operados e mantidos por humanos, movidos a bateria elétrica e hidrogênio, incluindo mais de 1.500 unidades de equipamentos de movimentação de carga, 1.000 caminhões de transporte, 10 locomotivas e 20 embarcações”, informou o comunicado.

Baltimore

O Porto de Baltimore é um dos mais movimentados da Costa Leste e é um importante centro de importação e exportação de veículos. Mais de 20 mil trabalhadores dão suporte às operações diárias do porto, incluindo estivadores e caminhoneiros sindicalizados.

A cada dia, o impacto econômico do porto representa US\$ 192 milhões, ou mais de US\$ 70 bilhões por ano, o que significa 13% do produto interno bruto de Maryland, de acordo com dados divulgados pela Casa Branca.

Assim, o projeto de Eletrificação de Equipamentos e Descarbonização de Terminais da Administração Portuária de Maryland foi selecionado para receber mais de US\$ 145 milhões para comprar equipamentos de movimentação de carga com emissão zero e caminhões de transporte para facilitar a transição do porto para uma instalação com emissão zero.

Greve

Sobre o período em que houve a greve portuária, estimativas da Associação Nacional de Fabricantes dos EUA indicam que estavam em risco cerca de US\$ 2,1 bilhões em comércio, diariamente, e o dano econômico total pode reduzir o PIB em até US\$ 5 bilhões por dia. Os trabalhadores do setor buscavam aumentos salariais e a revisão das cláusulas sobre automação em um contrato de seis anos que expirou em setembro.

A International Longshoremen's Association, sindicato que representa 45 mil estivadores dos EUA que estavam em greve, chegou a um acordo para suspender a mobilização até 15 de janeiro, para dar tempo de negociar um novo contrato.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/10/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BLUE MARINE RENOVA CONTRATO PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMA SUBMARINO DA CLARO

Por Danilo Oliveira Navegação 30/10/2024 - 18:52



Cabo óptico submarino interliga litoral de Santos (SP) até Rio Grande do Norte. Empresa do grupo Zmax utilizou embarcação própria em reparo

A Blue Marine Telecom renovou seu contrato com a Claro, para a manutenção do sistema óptico submarino (Brasil Doméstico) instalado ao longo da costa brasileira. A empresa do grupo Zmax, atende a este sistema desde 2019 e o novo contrato, tem validade de mais cinco anos com a companhia da área de telecomunicações.

Poucos dias após a assinatura, a empresa também foi acionada para recuperação do sistema danificado no segmento compreendido entre as cidades baianas de Ilhéus e Salvador, na Bahia. A Blue Marine informou que efetuou o reparo num prazo inferior ao estipulado em contrato, com a utilização da Zmax XXIX, embarcação própria, pertencente à frota do Zmax Blue Ship Group.

O diretor executivo da Blue Marine, Rodrigo Magarotto, destacou que a empresa, especializada na implantação e manutenção de sistemas submarinos, vem investindo na capacitação de pessoal, em treinamentos e em novos equipamentos para manter a qualidade do serviço prestado.

Magarotto explicou que o cabo óptico submarino interliga desde o litoral de Santos (SP) até Natal (RN). "É um cabo submarino de alta relevância para a comunicação. Temos uma relação antiga [com a Claro] como Blue Marine Telecom. Há 5 anos somos responsáveis pela manutenção do sistema", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/10/2024

PORTOS DO ARCO NORTE EXPORTARAM 40% DA SOJA E DO MILHO DO BRASIL EM 8 MESES

Da Redação Portos e logística 30/10/2024 - 18:53



Os portos do Arco Norte, que abrangem as regiões Norte e Nordeste acima do paralelo 16ºS, foram responsáveis por 40% das exportações de soja e milho do Brasil entre janeiro e agosto de 2024. Esses portos, que incluem embarques de outros produtos como combustíveis e minérios, responderam por 32,6% de todas as cargas exportadas pelo país, segundo dados do Estatístico Aquaviário da Antaq

De acordo com Flávio Acatauassú, presidente da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo da Bacia Amazônica (Amport), o setor portuário da região tem apresentado crescimento contínuo, apoiado pela logística competitiva e sustentabilidade.

A exportação de grãos destaca-se pela proximidade das lavouras, com capacidade instalada de 52 milhões de toneladas e novos investimentos para alcançar 100 milhões de toneladas nos próximos cinco anos, preparando os portos do Arco Norte para a crescente demanda no setor de grãos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 30/10/2024

AGENTES DISCUTEM LIBERAÇÃO SANITÁRIA DE EMBARCAÇÕES E LIMITAÇÕES NA FISCALIZAÇÃO PORTUÁRIA NO RIO

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 30/10/2024 - 18:32



Comissão Estadual de Desenvolvimento da Economia do Mar promoveu evento sobre desafios da vigilância sanitária nas operações marítimas. Propostas serão apresentadas em novembro

A Comissão Estadual de Desenvolvimento da Economia do Mar (Cedemar) realizou, na última terça-feira (29), um workshop na Capitania dos Portos do Rio de Janeiro para discutir as dificuldades e otimizações na liberação sanitária de embarcações pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Participaram representantes do setor marítimo, que apontaram desafios como o reduzido número de fiscais disponíveis para cobrir os principais portos da região – situação que compromete a eficiência das operações de apoio. A Cedemar deve formalizar as propostas discutidas em um documento a ser entregue à Secretaria de Economia do Mar (Seenemar) e ao presidente da comissão em novembro.

Durante o evento, foram abordados os principais procedimentos realizados pela Anvisa, entre eles a emissão do Certificado Sanitário de Embarcação (CSE) e o Certificado de Livre Prática (CLP), ambos exigidos para garantir segurança sanitária nas embarcações que operam nos portos do estado. A equipe local de vigilância da Anvisa, que conta com apenas três profissionais para cobrir os portos de Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis, enfrenta sobrecarga operacional e desafios estruturais, dificultando o cumprimento da ampla gama de exigências sanitárias.

As deliberações trataram também de problemas enfrentados no cumprimento das inspeções sanitárias, como descumprimento de horários, documentação inadequada e atrasos na comunicação. O sistema de agendamento de inspeções “Porto Sem Papel” foi apontado como uma ferramenta essencial, mas que, dada a equipe reduzida, limita a capacidade operacional, variando o número de inspeções diárias conforme a disponibilidade de fiscais.

Os participantes debateram procedimentos para comunicação imediata à Polícia Federal e ao Ministério Público, nos casos de irregularidades graves. A expectativa dos agentes é que, com a entrega do documento em novembro, as sugestões promovam melhorias nos processos sanitários e aumentem a eficiência das operações portuárias no Rio de Janeiro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/10/2024

FPSO MARECHAL DUQUE DE CAXIAS INICIA PRODUÇÃO NO PRÉ-SAL

Da Redação Offshore 30/10/2024 - 17:56



A Petrobras anunciou, nesta quarta-feira (30), o início das operações do navio-plataforma Marechal Duque de Caxias (Mero 3) no campo de Mero, localizado no pré-sal da Bacia de Santos. A unidade tem capacidade para produzir até 180 mil barris de petróleo e comprimir até 12 milhões de metros cúbicos de gás por dia, elevando a capacidade de produção do campo de Mero para 590 mil barris diários. Esse é o quarto sistema de produção em Mero, afretado da MISC, e contará com 15 poços interligados, sendo 8 produtores de óleo e 7 injetores de água e gás.

O FPSO Marechal Duque de Caxias integra tecnologias avançadas de descarbonização e eficiência, incluindo o sistema HISEP®, previsto para entrar em operação até 2028. Essa tecnologia inovadora realiza a separação de óleo e gás no fundo do mar, reinjetando o gás rico em CO₂ diretamente no reservatório, o que contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

A operação do campo é realizada pelo Consórcio de Partilha de Produção de Libra, liderado pela Petrobras (38,6%) em colaboração com Shell Brasil (19,3%), TotalEnergies (19,3%), CNOOC (9,65%), CNPC (9,65%) e Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), que representa a União na área não contratada (3,5%).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/10/2024

CNT ALERTA PARA REDUÇÃO NO ORÇAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE EM 2025

Da Redação Portos e logística 30/10/2024 - 16:19



A Confederação Nacional do Transporte (CNT) demonstrou preocupação com a proposta orçamentária de 2025, que destina apenas 0,3% do total (R\$ 17,4 bilhões de um orçamento de R\$ 5,87 trilhões) para investimentos em infraestrutura de transporte. Em comparação com o orçamento de 2024, os ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos terão seus recursos reduzidos quase pela metade, passando de R\$ 65,64 bilhões para R\$ 34,91 bilhões. Essa queda reflete uma diminuição dos investimentos para 2025, totalizando R\$ 15,73 bilhões.

Do montante alocado para infraestrutura, a maior parte será destinada ao setor rodoviário, que receberá R\$ 13,49 bilhões (88,2% do total), enquanto os setores ferroviário e aquaviário receberão R\$ 1,14 bilhão e R\$ 282,18 milhões, respectivamente. O modal aéreo ficará com R\$ 140,2 milhões. As estatais, como Infraero e Companhia Docas, receberão R\$ 1,67 bilhão, mas o investimento aquaviário, essencial para portos como Santos, sofrerá redução em relação ao proposto no orçamento de 2024.

A confederação ressalta que essa diminuição compromete a eficiência do transporte nacional, considerado fundamental para a economia brasileira. A entidade defende a necessidade de ampliação dos investimentos para garantir a qualidade dos serviços logísticos, que são essenciais para a competitividade do país.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/10/2024

BRASIL ASSUME LIDERANÇA NA EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO, COM DESTAQUE PARA EMBARQUES NO PR

Da Redação Portos e Logística 30/10/2024 - 15:45



Em 2024, o Brasil conquistou a primeira posição global na exportação de algodão beneficiado, registrando um recorde de 3,68 milhões de toneladas na safra 2023/2024, segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). Esse cenário favorável destaca a TCP, responsável pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá, como um dos principais pontos de escoamento da commodity para o mercado internacional. A TCP movimentou 50,1 mil toneladas de algodão em 2023 e, até agosto de 2024, já alcançava 22 mil toneladas exportadas.

A expectativa da empresa é que esse número cresça significativamente com o pico de exportações, previsto entre outubro e janeiro. O Mato Grosso, maior produtor nacional de algodão, exporta volumes crescentes pelo terminal de Paranaguá, que se prepara para atender a demanda com melhorias em suas operações e na parceria com armazéns locais.

A logística para exportação do algodão se beneficia do uso dos caminhões graneleiros para o transporte da commodity até Paranaguá e, no retorno, para o transporte de fertilizantes ao Mato Grosso. Esse esquema otimiza custos para os exportadores e foi impulsionado pelo aumento de 14% nas importações de fertilizantes no Paraná entre janeiro e agosto de 2024, totalizando 6,9 milhões de toneladas.

A TCP investiu R\$ 370 milhões entre 2022 e 2024 em infraestrutura, com a aquisição de 11 guindastes RTG e 17 caminhões TT (terminal tractors), além de melhorias nas vias de acesso ao terminal, ampliando em 200% a capacidade de agendamento. Atualmente, a TCP também oferece oito escalas semanais para o Extremo Oriente, conectando o Porto de Paranaguá aos principais mercados asiáticos e reforça sua posição como hub estratégico para a exportação de algodão.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/10/2024

MARLINK IMPLEMENTARÁ SOLUÇÃO HÍBRIDA EM 26 PETROLEIROS DA TRANSPETRO

Da Redação Navegação 30/10/2024 - 16:25



A Marlink, provedora de serviços gerenciados de soluções de TIC, implementará sua solução de rede Sealink NextGen em 26 petroleiros da frota da Transpetro. A ferramenta híbrida integrará a VSAT global da Marlink ao sistema de baixa latência Starlink, oferecendo conectividade de alta capacidade para a tripulação e operações comerciais. A plataforma XChange permitirá o gerenciamento de rede, WiFi, VoIP e acesso seguro. A Transpetro poderá monitorar os serviços pelo portal da Marlink, com o tráfego corporativo direcionado para sua sede via rede privada.

A instalação começará em outubro, com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2025. A Marlink venceu a licitação pública para fornecer soluções de rede e serviços gerenciados à Transpetro, permitindo acesso a ferramentas digitais como otimização de viagens e manutenção remota. Em resposta à demanda crescente na América do Sul, a Marlink também ampliará seu suporte regional e equipe administrativa no Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/10/2024

PROCESSOS SOBRE ANÁLISE DE CONFORMIDADE DE EBNS NA CABOTAGEM SÃO RETIRADOS DA PAUTA

Por Danilo Oliveira Navegação 29/10/2024 - 22:24

Abac alertou Antaq sobre risco de distorções concorrenciais por conta de empresas autorizadas que operam com embarcações inadequadas ao porte da modalidade

A diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) retirou, da pauta da 575ª reunião ordinária, a análise de dois pedidos de apuração da conformidade de embarcações das frotas de empresas brasileiras de navegação (EBNs) autorizadas a operar no modal de cabotagem. Um deles apontou fragilidades no processo de autorização que estariam possibilitando a outorga a empresas de navegação lastreadas em embarcações não compatíveis com o modal. Outro diz respeito a preocupações acerca de procedimentos de outorga de autorização na cabotagem. Os dois processos têm a relatoria da diretora Flávia Takafashi, que solicitou a retirada de pauta da ROD, que ocorre entre os dias 29 e 31 de outubro em formato virtual.

Os requerimentos foram levados à Antaq pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem que, em ofício protocolado nesta terça-feira (29), apontou a necessidade de análise de aspectos concorrenciais. No documento, a Abac relatou que, em outras ocasiões, havia alertado para a necessidade de rigor máximo na concessão de outorga na cabotagem já que, logo quando concedida, a EBN passa a ter acesso integral ao sistema de afretamento (Sama), bem como a possibilidade de circularizar e afretar embarcações de bandeira estrangeira, sem limite de tamanho e sem relação de proporcionalidade à frota da empresa outorgada.

No ofício, a Abac sugeriu a revisão de outorgas concedidas às EBNs de cabotagem e mencionou que existem três outorgas concedidas a empresas que apresentaram embarcações de pequeno porte, as quais a associação considera incompatíveis com a possibilidade de empresas deste porte afretarem navios de porte bastante superior, conforme constatado pela entidade em consultas ao sistema. O entendimento é que haveria um prazo para adequação às exigências para as que estivessem aquém dos requisitos.

A associação acrescentou que uma nota técnica da setorial não analisou se empresas autorizadas, com base em embarcações inadequadas à cabotagem, ocasionam distorções concorrenciais junto à EBN que teriam sido autorizadas com embarcações adequadas. "Entendemos este um dos aspectos mais importantes que a agência deveria avaliar para identificar necessidade de ajustes nas normas de outorga e de afretamento", salientou a Abac no ofício.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/10/2024

TRANSPETRO FARÁ PRÉ-QUALIFICAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DA FROTA

Por Danilo Oliveira Indústria naval 29/10/2024 - 20:04



Empresa pretende realizar licitações restritas aos pré-qualificados tecnicamente para serviços de manutenção de motores ciclo diesel e turboalimentadores utilizados em sua frota

A Transpetro divulgou, nesta terça-feira (29), uma convocação para pré-qualificação, em caráter técnico e permanente, para serviços de manutenção de motores ciclo diesel e turboalimentadores utilizados em navios da frota da companhia. De acordo com o chamamento, a empresa pretende realizar licitações restritas aos pré-qualificados nesse processo, com fornecedores que enviarem, até as 23h59 do próximo dia 14 de novembro, o formulário e os documentos comprobatórios e que venham a ser considerados aprovados quanto às exigências da convocação. A Transpetro estabeleceu que poderão participar da pré-qualificação interessados, nacionais ou estrangeiros, que atenderem a todas as exigências da convocação, não sendo permitida a participação de consórcios.

Após a avaliação de todos os fornecedores interessados, a Transpetro vai dispor de 12 meses para realizar as licitações restritas a pré-qualificados previstas no aviso. O fornecedor reprovado ou que apresentar documentação após a data assinalada no aviso não poderá participar dessas licitações restritas. A existência do aviso não obriga a Transpetro a realizar um número mínimo de licitações restritas aos pré-qualificados, nem a impede de realizar licitações abertas a quaisquer interessados, sem limitação às listas de pré-qualificados.

O escopo abrange serviços de manutenção geral preventiva e corretiva em motores diesel utilizados na geração de energia dos navios da Transpetro e em turboalimentadores utilizados na propulsão e geração de energia da frota. Para qualificação técnica, o fornecedor deverá apresentar carta de representação técnica válida de, pelo menos, um dos seguintes fabricantes de motores: Daihatsu China, Daihatsu Japão, Man Energy Solution, Wärtsilä, Caterpillar, Cummins, Yanmar e Himsen Engines.

Cada fornecedor deverá demonstrar ter ou estar formalmente associado a oficina para recuperação e teste de peças componentes dos motores que estarão sob sua responsabilidade de manutenção. A oficina deve estar localizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ), com o objetivo de reduzir significativamente os custos e o tempo de transporte de peças e componentes e otimizar a logística de materiais. A localização da oficina será considerada válida se situada a até 50 quilômetros dos limites do município.

O fornecedor deve apresentar certificado Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) válido e atualizado, com a garantia de que a entidade realiza a verificação da regularidade da empresa perante o fabricante, assegurando assim a autenticidade do certificado. A Transpetro vai programar visita técnica à oficina para verificação, a fim de avaliar as condições e capacidades das instalações. Esta etapa incluirá a validação dos equipamentos, procedimentos operacionais e demais aspectos relevantes para garantir que a oficina atenda aos requisitos específicos do serviço de manutenção.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/10/2024

EMBARQUE DE CAFÉ EM 'BAGS' AUMENTA EM 60% PRODUTIVIDADE NO PORTO DE VITÓRIA

Da Redação Portos e logística 29/10/2024 - 19:21



A Vports e a Multilift realizaram, no Porto de Vitória (ES), o primeiro embarque de café pelo sistema de breakbulk em bags, movimentando 8.452 toneladas de café com destino a New Orleans, nos Estados Unidos. A operação, concluída em seis dias, registrou um incremento de 60% na produtividade planejada, apesar das condições climáticas instáveis.

De acordo com a VPorts, a nova modalidade de embarque, além de trazer flexibilidade ao uso de navios disponíveis para o transporte, oferece uma alternativa ao sistema tradicional de contêineres, que há anos era o único utilizado para o escoamento de café no porto. O CEO da Vports, Gustavo Serrão, destacou o trabalho da autoridade portuária na adaptação logística, que inclui a recuperação de dois silos horizontais de 10 mil metros quadrados, com capacidade para 80 mil toneladas de grãos, permitindo o armazenamento de produtos como café, malte e farelo de soja.

O investimento na recuperação dos silos foi de R\$ 50,2 milhões. Nos primeiros dois anos de concessão do Porto de Vitória, foram aplicados R\$ 180 milhões em obras de infraestrutura e modernização, como a recuperação do ramal ferroviário. Com esses investimentos, a expectativa é de um crescimento de 80% nas operações do porto nos próximos cinco anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/10/2024

PETROLEIRO ABREU E LIMA FOI DESENCALHADO COM SUCESSO NA BAÍA DE GUANABARA

Por Lorena Parrilha Teixeira Indústria naval 29/10/2024 - 18:28



Estaleiro Eisa (RJ) e empresa especializada lideraram operação para atracar novamente casco, após incidente causado por ventos fortes. Capitania dos Portos supervisionou manobras

O petroleiro Abreu e Lima foi desencilhado, na tarde do último sábado (26), e atracado com segurança no cais do Estaleiro Ilha S.A. (Eisa), na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. O incidente, ocorrido na última quinta-feira (24), foi provocado por fortes ventos que romperam os cabos de amarração, deixando o petroleiro de 182,85 metros à deriva na Baía de Guanabara. O estaleiro informou que o desencilhe foi concluído após uma operação cuidadosa e planejada, sem que fossem registrados danos materiais ou ambientais.

Com o apoio da AWS Service, contratada pelo estaleiro, e a supervisão da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, a manobra de desencilhe foi realizada após estudos técnicos detalhados. A operação foi aprovada e executada com o uso de até cinco rebocadores, configurados para atuar em águas rasas da baía. Às 12h43 de sábado, o Abreu e Lima foi desencilhado e, posteriormente, rebocado até o cais.

Ed Nascimento, CEO da AWS Service, destacou a complexidade da logística empregada na operação, que demandou desde análises técnicas até o cumprimento de exigências ambientais rigorosas. Segundo o estaleiro Eisa, a operação foi finalizada em menos de 40 horas após o incidente, o que, na avaliação do Salvage Master e da Capitania dos Portos, reflete a eficiência e o empenho de todas as equipes envolvidas em garantir segurança e preservar a integridade da Baía de Guanabara.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/10/2024

ARTIGO - ILEGALIDADE DA TARIFA PORTUÁRIA THC2 (OU SSE)

Por Carolina Garcia da Silva e Jorge Luiz de Brito Júnior Opinião 29/10/2024 - 18:31



Depois de duas décadas de batalhas travadas judicialmente e inúmeras derrotas, as empresas prestadoras de serviços de logística portuária finalmente conseguiram obter, no Tribunal de Contas da União (TCU) e, também, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a declaração de ilegalidade da cobrança da tarifa de Serviço de Segregação de Entrega (chamada SSE, ou THC2).

A SSE ou THC2, como comumente conhecida, é uma tarifa imposta pelos operadores dos terminais marítimos (porto molhado) aos operadores dos terminais retroalfandegados (porto seco), pela movimentação e entrega das mercadorias fora do terminal marítimo.

Muito embora a SSE ou THC2 encontre sustentação em atos infralegais editados pela ANTAQ, com base na competência regulamentar outorgada pela Lei n. 10.233/2001, em decisão publicada em 27/09/2024 (RESP n.º 1.899.044/SP), a 1ª Turma Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a cobrança da referida SSE/THC2 é ilegal e configura um abuso de posição dominante, em violação à Lei de Defesa da Concorrência.

O fundamento da decisão do STJ é que os operadores portuários concorrem com os recintos alfandegários independentes (os retroportos ou portos secos) no mercado secundário pelo serviço de

armazenagem alfandegada de cargas. Ao impor aos recintos independentes uma cobrança adicional pela movimentação horizontal das cargas no porto, os operadores portuários podem restringir as margens de lucro de seus concorrentes no mercado de armazenagem de cargas provenientes do exterior. Os recintos independentes, por sua vez, não têm nenhuma autonomia para decidir com qual terminal portuário operar, uma vez que a decisão sobre qual porto utilizar na operação de importação já é tomada pelo armador ou importador no início da importação.

A decisão da 1ª Turma do STJ representa uma inovação na jurisprudência, uma vez que, até então, prevaleciam no Judiciário decisões que consideravam legítima a cobrança da tarifa, havendo decisões dos Tribunais de Justiça e da Justiça Federal – e da 2ª Turma do próprio STJ – que a validavam. Houve inovação também no fato de a 1ª Turma ter aplicado uma análise antitruste, a despeito de se tratar de um setor regulado e cuja agência reguladora (ANTAQ) detém competência para promover ajustes tarifários, bem como para fomentar a competição, ficando vencida, a esse respeito, a Ministra Regina Helena Costa.

Ao adentrar a análise sob o ponto de vista do direito de concorrência, o STJ vai na linha de julgamento do CADE proferido em 2021, no qual o órgão administrativo de defesa da concorrência condenou operador portuário por abuso de posição dominante, bem como impôs multa de R\$ 9 milhões.

Por seu turno, o Tribunal de Contas da União (TCU), em decisão publicada em 04/09/2024 (Acórdão 1825/2024), houve por denegar, por unanimidade, recurso da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) interposto contra a decisão que declarou ilegal a cobrança da tarifa e determinou à agência a suspensão da resolução que validava a cobrança, ao não identificar transparência na composição da tarifa que permitisse individualizá-la, ou, ainda, distingui-la da THC1, de modo que ensejaria o risco de duplicidade de cobrança.

Embora a decisão da 1ª Turma do STJ não seja vinculante, ela se dá num cenário de pronunciamentos do TCU e do CADE pela ilegalidade da cobrança da THC2/SEE.

Por essas razões, ganhou força a tese jurídica de que a cobrança de SEE/THC2 é ilegal e, como consequência, caso a ANTAQ não a interrompa, há possibilidade de as empresas que recolhem a referida tarifa ajuizarem ações judiciais contra os operadores portuários para afastar a sua cobrança, bem como para recuperar os valores pagos no passado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 29/10/2024

SECAS NA AMAZÔNIA PODEM DURAR DÉCADAS, ALERTAM ESPECIALISTAS

Por Lorena Parrilha Teixeira *Navegação 29/10/2024 - 18:18*



Fenômenos climáticos e baixo nível dos rios interrompem navegação e prejudicam logística de empresas de transporte fluvial, principalmente em afluentes do Negro e do Solimões

A Amazônia atravessa em 2024 uma das secas mais intensas e prolongadas dos últimos anos, que já afeta profundamente as populações ribeirinhas, a economia e o transporte na região. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), essa crise está fortemente ligada ao aumento das temperaturas do Oceano Pacífico e do Atlântico Tropical Norte, o que tem intensificado eventos climáticos como o El Niño e contribuído para a redução das chuvas. A situação, que começou em 2023 e se estendeu até 2024 sem recuperação plena dos níveis hídricos, forçou a adaptação de operações logísticas e está levando ao isolamento de comunidades inteiras em meio a uma situação de emergência em todos os 62 municípios do Amazonas.

Os oceanos, grandes reguladores das chuvas na Amazônia, estão aquecendo rapidamente, o que altera o equilíbrio do ciclo hidrológico da região. Segundo o INPA, o Oceano Pacífico, onde se

originam fenômenos como o El Niño, vem registrando temperaturas elevadas que influenciam negativamente a distribuição de chuvas, resultando em secas mais severas e frequentes. No Atlântico Tropical Norte, o aquecimento tem causado temporadas de furacões intensas, que também impactam indiretamente a quantidade de chuva que chega à Amazônia, privando a região de vapor d'água essencial para sustentar seus rios e florestas.

O INPA prevê que essa condição de aquecimento no Atlântico Tropical Norte pode durar várias décadas, o que significa que os eventos de seca e de cheia extrema podem se tornar ainda mais comuns, alterando significativamente o ciclo das águas. Esses fatores não apenas impactam o ecossistema, mas também colocam em risco a navegabilidade das principais hidrovias da região, usadas intensivamente para transporte e abastecimento.

O baixo nível dos rios, especialmente nos afluentes do Amazonas como os rios Negro e Solimões, complicou a logística para empresas de transporte fluvial, que precisaram reorganizar rotas e operações. A Log-In Logística Integrada, por exemplo, implementou um píer flutuante na região de Itacoatiara (AM), a 200 km de Manaus, onde realiza o transbordo das cargas de navios para balsas menores, adequadas para navegar em águas de profundidade reduzida.

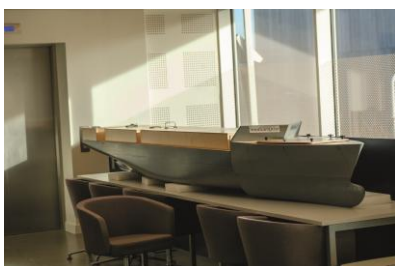
A adaptação exigiu um aumento significativo nos custos operacionais da empresa. Segundo Marcus Voloch, vice-presidente de navegação da Log-In, a necessidade de instalar uma infraestrutura completa no local, com acomodações, refeitórios e ambulatórios para os trabalhadores, além da operação das balsas e dos navios com menor capacidade de carga, impactou áreas como combustível, manutenção e tempo de transporte. “Adicionalmente, há o custo com a operação das balsas e, ainda, com os navios propriamente ditos, que têm operado com a capacidade restrita e com elevado tempo de espera em Itacoatiara, onerando sobremaneira a operação”, explicou Voloch.

As secas intensas e cheias recorde, como as de 2019 e 2021, configuram outro desafio. Embora as cheias também dificultem a logística, devido à elevação dos cursos d'água e ao transporte de sedimentos que obstruem as vias na estação seguinte, as secas recentes atingiram níveis críticos, afetando duramente a infraestrutura e exigindo alternativas rápidas e estratégicas para garantir a continuidade do transporte e o suporte às comunidades afetadas. Com a previsão de manutenção de temperaturas elevadas no Atlântico Norte, o INPA alerta que o cenário de secas e cheias extremas tende a se manter nas próximas décadas. Diante desse panorama, o governo e as empresas de logística precisarão adotar novas estratégias sustentáveis para preservar a navegabilidade dos rios.

A interrupção de transporte afeta diretamente a vida cotidiana das comunidades, resultando em perdas de produção e comprometendo o abastecimento de insumos básicos. As mudanças no regime de chuvas e no nível dos rios têm consequências diretas para a economia regional, especialmente para as populações ribeirinhas que dependem dos rios para locomoção e subsistência. Com a seca de 2023 e 2024, muitas dessas comunidades se encontram isoladas, enfrentando dificuldades para obter água potável, alimentos, atendimento médico e educação. “Os impactos não são só econômicos, mas também sociais”, afirmou o porta-voz do INPA.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 29/10/2024

BAE SYSTEMS INICIA PROJETO PARA SUSTENTABILIDADE EM NAVIOS DE DEFESA



A BAE Systems, em parceria com as Universidades de Strathclyde e Southampton, lançou um projeto para promover inovação sustentável em navios de defesa. O objetivo é reduzir o impacto ambiental e melhorar a eficiência energética das plataformas marítimas de defesa. O projeto TIDE (Technology Innovation for Defence-platform Energy-efficiency) explora tecnologias inovadoras em design naval, como otimização do consumo de energia, novos materiais, e tecnologias avançadas para criar navios mais eficientes.

“Utilizar a energia da forma mais eficiente possível, seja num novo projeto ou na adaptação de uma plataforma em serviço, exige que avaliemos a tecnologia que está em constante evolução. Como combinar uma série de tecnologias sustentáveis e, em última análise, escolher o projeto ideal para o navio e as suas necessidades operacionais? É por isso que o TIDE está desenvolvendo modelos digitais e analisando possíveis tecnologias futuras, que nos darão uma base de dados bem fundamentada para orientar as escolhas de concepção”, explicou Cathy Davis, diretora de sustentabilidade da BAE Systems.

Entre as tecnologias em análise estão melhorias hidrodinâmicas, novos designs de casco, propulsores de alto desempenho, revestimentos biológicos e sistemas de armazenamento de energia que utilizam calor residual. A equipe do TIDE está aplicando e testando essas inovações em plataformas como a Adaptable Strike Frigate da BAE Systems para avaliar seu impacto em projetos futuros de navios militares. O projeto é apoiado por entidades como o Instituto Nacional de Manufatura da Escócia e o Hunter Centre for Entrepreneurship da Strathclyde Business School.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/10/2024

PORTO DO ITAQUI E FAPEMA LANÇAM EDITAL PARA PESQUISA E INOVAÇÃO

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 29/10/2024 - 18:57



O Porto do Itaqui (MA), em colaboração com a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), lançou um edital com o objetivo de incentivar pesquisas voltadas ao desenvolvimento dos setores portuário, marítimo e logístico no Maranhão. Com um investimento de R\$ 3,5 milhões, a iniciativa integra a linha de ação “Mais Inovação” e busca promover soluções tecnológicas e científicas para otimizar as operações portuárias e ampliar o impacto socioeconômico na região.

As propostas podem ser submetidas até 29 de novembro de 2024, por meio do site da Fapema. O edital é direcionado a pesquisadores de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos sediadas no Maranhão, que podem propor projetos em áreas como desenvolvimento tecnológico, descarbonização, impacto ambiental e otimização logística.

Segundo Hibernon Marinho, diretor de operações do Porto do Itaqui, o edital é uma iniciativa estratégica para integrar o porto ao ecossistema de pesquisa local. “Buscamos soluções inovadoras que aprimorem nossos processos e apoiem o desenvolvimento sustentável. Nossa parceria com a Fapema fortalece o Itaqui como um polo de inovação portuária e tecnológica, em sintonia com os desafios globais de descarbonização e eficiência”, destacou.

Para Nordman Wall, presidente da Fapema, o edital fomenta a ciência e inovação no Maranhão, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao Plano Maranhão 2050. “Esta chamada pública promove uma economia mais inclusiva, unindo pesquisa e inovação ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Maranhão e do Brasil,” afirmou Wall. Os resultados da primeira fase do edital serão divulgados em 18 de dezembro de 2024, com entrevistas para os aprovados de 10 a 14 de fevereiro de 2025. O resultado final será publicado em 12 de março de 2025.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/10/2024

PORTO DE SANTOS ESTABELECE DESCONTOS PARA NAVIOS E CRUZEIROS

Da Redação Portos e logística 29/10/2024 - 18:53

O Porto de Santos (SP) publicou novas regras que concedem descontos nas tarifas para operadores de navios sustentáveis e de cruzeiros, conforme as portarias 143.2024 e 144.2024, publicadas no último dia 4 de outubro. As medidas incentivam a adoção de práticas sustentáveis e o aumento do turismo no porto. A primeira estabelece descontos tarifários para navios que atingirem boa pontuação no Índice de Eficiência e Sustentabilidade Portuária (IESP). Esse índice considera a regularidade



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 120/2024
Página 57 de 57
Data: 30/10/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



contratual, eficiência operacional e aspectos de sustentabilidade. Para qualificar-se, operadores devem submeter o Inventário de Gases do Efeito Estufa e o Relatório de Consumo Energético (RCE) até 31 de dezembro de 2024.

Já a segunda oferece descontos para navios de cruzeiro, com base no número de passageiros transportados por armador durante a temporada. Os descontos variam de 10% a 60%, aplicando-se ao Item 4 da Tabela III – Infraestrutura Operacional ou Terrestre.

Armadores que transportarem mais de 680 mil passageiros terão o desconto máximo.

Esses descontos entraram em vigor em 17 de outubro de 2024 e têm validade inicial de 12 meses, com possibilidade de prorrogação. A aplicação inicial é feita com base nas previsões de passageiros fornecidas pelos armadores, e os valores serão ajustados ao final da temporada com dados do sistema Supervia de Dados da APS. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou a inclusão de normas da APS na Tabela I, que regula a infraestrutura marítima.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 29/10/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 30/10/2024